



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
ESCOLA DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E DAS ORGANIZAÇÕES
MESTRADO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE

**Transparência e Prestação de Contas nas Entidades Sem Fins Lucrativos
que Atuam na Ilha de Santiago - Cabo Verde**

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau
de Mestre em Contabilidade e Fiscalidade, sob orientação do Prof. Doutor
Emanuel Freire Torres Gamelas.

Silvino Sanches Furtado, nº22001133

2024

www.ulusofona.pt



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
ESCOLA DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E DAS ORGANIZAÇÕES
MESTRADO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE

**Transparência e Prestação de Contas nas Entidades Sem Fins Lucrativos
que Atuam na Ilha de Santiago - Cabo Verde**

"Versão Final"

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa no dia 05/06/2024, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 817/2024, de 24 de abril de 2024, com a seguinte composição:
Presidente: Prof. Doutor João Miguel Capela Borralho - UL-CUL;
Arguente: Prof. Doutor José Carlos Dias Rouco - UL-CUL;
Orientador: Prof. Doutor Emanuel Freire Torres Gamelas - UL-CUL.

Silvino Sanches Furtado, nº22001133

2024

www.ulusofona.pt

Epígrafe

A confiança é um frágil fio que une as organizações com a sociedade. Tal confiança social é muito difícil de conseguir, mas paradoxalmente, muito fácil de perder

Laia Grabulosa e Paul Vidal

Dedicatória

Dedico este trabalho:

à minha amada família, a quem expresso profunda gratidão pelo constante apoio e companheirismo. Foi um pilar fundamentais durante a superação de todos os obstáculos que a vida apresentou-me.

à cada membro da minha família, pelo suporte incondicional, pela compreensão nos momentos desafiadores e pelo incentivo que impulsionou o meu crescimento acadêmico e pessoal.

à vocês, fonte inesgotável de amor e inspiração, cujo apoio foi essencial para a concretização deste marco em minha trajetória acadêmica.

Agradecimentos

Agradeço:

- a Deus, cuja força e proteção foram alicerces fundamentais ao longo desta jornada acadêmica;
- ao meu orientador e coorientador, cujo incentivo e orientação foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Vossas ajudas foram um farol que iluminou o caminho em direção ao conhecimento;
- aos mestres, pela orientação constante e ajuda generosa em todos os momentos. Suas experiências e sabedoria foram fontes enriquecedoras para meu crescimento acadêmico;
- a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho. Cada contribuição foi valiosa e tornou possível a concretização deste projeto. Cada um de vocês desempenhou um papel significativo nessa conquista, e por isso expresso-vos minha profunda gratidão;

Resumo

O presente trabalho cujo tema é “**Transparência e Prestação de Contas nas Entidades Sem Fins Lucrativos que Atuam na Ilha de Santiago – Cabo Verde**”, visa analisar o modo como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira, bem como os desafios enfrentados por essas organizações nesse sentido, a partir de uma abordagem quantitativa.

Os dados trabalhados com recurso ao software SPSS – Versão 22, foram recolhidos a partir de questionários aplicados pelo método de amostragem por conveniência, aos gestores e colaboradores que trabalham nessas entidades.

Os resultados permitiram perceber que, embora as políticas de transparência e prestação de contas estejam teoricamente estabelecidas em grande parte dessas instituições, a execução das suas práticas ainda está longe de ser uma realidade. Isto porque, segundo os dados apurados, muita delas não dispõe de recursos humanos tecnicamente capacitados para realização correta das tarefas de prestação de contas. Por outro lado, enfrentam ainda os problemas da falta de recursos financeiros para pagar pessoais qualificados para esse efeito. Como consequência da falta de recursos financeiros, assiste-se a falta de envolvimento dos seus membros, com reflexos negativos para essas entidades.

Palavras-Chave: Transparência, Prestação de contas, Entidades sem fins lucrativos e Ilha de Santiago – Cabo Verde.

Abstrat

This work, whose theme is “Transparency and Accountability in Non-Profit Entities that Operate on Santiago Island – Cape Verde”, aims to analyze how the Cape Verde Red Cross and other ESFLs that operate on Santiago Island promote transparency and accountability in their financial management, as well as the challenges faced by these organizations in this regard, from a quantitative approach.

The data worked using the SPSS software – Version 22, were collected from questionnaires applied using the convenience sampling method, to managers and employees who work in these entities.

The results allowed us to understand that, although transparency and accountability policies are theoretically established in most of these institutions, the implementation of their practices is still far from being a reality. This is because, according to the data collected, many of them do not have technically qualified human resources to correctly carry out accountability tasks. On the other hand, they still face the problems of lack of financial resources to pay qualified personnel for this purpose. As a consequence of the lack of financial resources, there is a lack of involvement among its members, with negative consequences for these entities.

Keywords: Transparency, Accountability, Non-profit entities and Santiago Island – Cape Verde.

Lista de Siglas/Abreviaturas

AT – Administração tributária

ESFL – Entidades sem fins lucrativos

SNC – Sistema de normalização contabilística

SNCRF- Sistema de normalização contabilística e de relato financeiro

SPSS – Statistical package for the social science

Índice Geral

Introdução	11
Contexto Geral.....	11
Justificativa.....	11
Objetivo geral:	13
Objetivos específicos:.....	14
Estrutura da Dissertação	14
Capítulo I - Fundamentação Teórica	15
1.1 Clarificação de conceitos chaves.....	15
1.2 Breve historial sobre gênese e evolução das ESFL em Cabo Verde.....	17
1.3 Importância da contabilidade para ESFL	19
1.4 Normativos contabilísticos e de prestação de contas para ESFL em Cabo Verde	21
1.5 Transparência contabilística e prestação de contas	23
1.6 Ferramentas de prestação de contas – A contabilidade gerencial nas ESFL	26
1.6.1 Website e código de conduta como ferramentas complementares de prestação de contas.....	32
1.7 Aspetos positivos e negativos de prestação de contas	36
1.7.1 Aspetos positivos da prestação de contas:	36
1.7.2 Aspetos negativos da prestação de contas:	37
1.8 Os desafios de prestação de contas nas entidades sem fins lucrativos em Cabo Verde.....	37
Capítulo II - Quadro Metodológico.....	41
2.1 Caracterização da pesquisa.....	41
2.2 Universo e amostra	42
2.3 Delineamento da pesquisa	43
2.4 Técnicas de análise de dados	44

Capítulo III- Apresentação dos Resultados da Pesquisa.....	46
3.1 Apresentação dos resultados	46
Capítulo IV – Discussão dos Resultados da Pesquisa e Considerações Finais.....	61
4.1 Discussão dos resultados da pesquisa.....	61
Considerações finais	70
Referências Documentais	73
Lista de Apêndices	77
Lista de Anexos	82

Lista de Ilustrações

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Idade dos inquiridos	46
Gráfico 2 Nível académico dos inquiridos	47
Gráfico 3 Tempo de serviço na instituição	47
Gráfico 4 Forma jurídica das instituições	49
Gráfico 5 Disponibilidade de Website Oficial e sua utilização para divulgação de informações das instituições	51
Gráfico 6 Entidades as quais são habitualmente prestadas as contas	54
Gráfico 7 Política de transparência/prestação de contas formalmente estabelecida e realização de auditoria financeira externa	55
Gráfico 8 Frequência com que as instituições inquiridas realizam auditoria financeira externa	56
Gráfico 9 Avaliação da transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho	56
Gráfico 10 Divulgação de informações e disponibilidade dos mecanismos de denúncia e de reclamação	58
Gráfico 11 Nível de satisfação dos inquiridos relativamente às reclamações relacionadas à transparência e prestação de contas	59
Gráfico 12 Desafios enfrentados pelas organizações inquiridas na divulgação de informações financeiras e de desempenho	60

Lista de Tabelas

Tabela 1 Relação entre universo e amostra necessária	44
Tabela 2 Instituições inquiridas	48
Tabela 3 Funções desempenhadas na instituição	50
Tabela 4 Documentos financeiros e de prestação de contas que as instituições inquiridas disponibilizam publicamente	52
Tabela 5 Cruzamento entre "Função que desempenha" e "Como você avalia a transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho?".	65
Tabela 6 Cruzamento entre "Função que desempenha" e "A organização tem uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida?".	66

Introdução

Contexto Geral

A transparência e a prestação de contas têm se tornado temas cada vez mais relevantes no contexto global das entidades sem fins lucrativos, incluindo organizações humanitárias como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago. Com o aumento da consciencialização sobre a importância da gestão eficiente e responsável dos recursos públicos e privados, as entidades estão sendo cada vez mais pressionadas a demonstrar de forma clara e objetiva como estão a aplicar os recursos que recebem.

Nesse contexto, a transparência e a prestação de contas são consideradas fundamentais para garantir a confiança e a credibilidade das organizações, bem como para demonstrar a efetividade e a eficiência de suas ações. As entidades que adotam boas práticas nesse sentido estão mais preparadas para enfrentar os desafios regulatórios e sociais, além de serem capazes de demonstrar o impacto positivo de seus projetos e ações.

No entanto, a implementação de práticas de transparência e prestação de contas ainda é um desafio para muitas organizações, especialmente em países em desenvolvimento ou em situação de crise. Por isso, é fundamental que as entidades sem fins lucrativos se comprometam com a adoção de práticas responsáveis e éticas, além de buscarem aprimorar continuamente seus processos de gestão e prestação de contas.

Justificativa

As entidades sem fins lucrativos desempenham um papel importante na sociedade, uma vez que atuam em áreas como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outras. Devido à sua relevância e ao fato de que muitas delas recebem recursos públicos ou de doações, é fundamental que essas organizações adotem práticas transparentes e efetivas de prestação de contas.

A transparência e a prestação de contas são elementos fundamentais para a construção de confiança e credibilidade junto à sociedade e aos parceiros das entidades sem fins lucrativos. A transparência significa que as informações relevantes sobre a organização, como suas atividades, projetos, fontes de recursos e resultados, devem estar acessíveis e disponíveis ao público. Já a prestação de contas consiste na apresentação de relatórios e informações claras e objetivas sobre as atividades da organização e o uso dos recursos recebidos.

Além de ser um princípio ético e de responsabilidade, a transparência e a prestação de contas são também exigências legais, já que as entidades sem fins lucrativos devem cumprir uma série de normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos governamentais dos países ou áreas onde atuam.

Assim, as entidades sem fins lucrativos devem adotar medidas que garantam a transparência e a prestação de contas, como a elaboração de relatórios financeiros, a publicação de informações em sites e redes sociais, a realização de auditorias independentes, entre outras práticas. Dessa forma, as organizações poderão demonstrar seu compromisso com a ética, a eficiência e a responsabilidade e fortalecer a relação com a sociedade e com seus parceiros.

Na Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que desenvolvem as suas atividades na Ilha de Santiago, a transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para garantir a efetividade e a legitimidade das suas ações. Como organizações sem fins lucrativos que atuam em áreas de grande relevância social, como saúde, assistência social e defesa civil, essas ESFL devem cumprir com rigor as normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos governamentais e demonstrar de forma transparente e objetiva a aplicação dos recursos que recebem.

Para garantir a transparência e a prestação de contas, a Cruz Vermelha de Cabo Verde e as ESFL da Ilha de Santiago devem adotar medidas como a publicação de informações sobre suas atividades e projetos em seus sites e redes sociais, a elaboração de relatórios financeiros claros e objetivos, a realização de auditorias independentes e a participação em processos de avaliação externa. Dessa forma, poderão demonstrar a seus parceiros e à sociedade em geral o compromisso com a ética, a eficiência e a responsabilidade na aplicação dos recursos recebidos.

Além disso, a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL de Santiago devem estar sempre atentas às mudanças no ambiente regulatório e nas expectativas da sociedade em relação à transparência e à prestação de contas, a fim de aprimorarem continuamente suas práticas e garantir a confiança e a credibilidade de todos aqueles que se beneficiam dos seus trabalhos.

A escolha do tema "Transparência e Prestação de Contas nas Entidades Sem Fins Lucrativos que Atuam na Ilha de Santiago" é altamente relevante e atual, pois trata-se de um assunto que diz respeito à efetividade e legitimidade das ações das ESFL reconhecidas em Cabo Verde no campo da assistência humanitária.

Essas entidades sem fins lucrativos devem cumprir com rigor as normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos governamentais e demonstrar de forma transparente e objetiva a aplicação dos recursos que recebem. Isso é fundamental para garantir

a confiança e a credibilidade junto à sociedade e aos parceiros, que depositam suas expectativas e recursos nessas organizações.

Além disso, a transparência e a prestação de contas são elementos que têm se tornado cada vez mais exigidos pelos órgãos governamentais, pela sociedade e pelos doadores. As organizações que adotam boas práticas nesse sentido estão mais preparadas para enfrentar as mudanças regulatórias, reduzir os riscos de má gestão e corrupção, além de aumentar a transparência e a credibilidade em seus processos.

Por isso, é fundamental investigar o modo como essas entidades estão a implementar práticas de transparência e prestação de contas e se estão a cumprir com as exigências regulatórias e com as expectativas dos parceiros e da sociedade. Uma pesquisa nesse sentido pode fornecer informações valiosas para aprimorar as práticas das referidas organizações, além de contribuir para o fortalecimento da cultura de transparência e prestação de contas no setor das entidades sem fins lucrativos.

Neste sentido, delineou-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

Como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira?

Como os gestores e funcionários dessas organizações percebem a transparência e prestação de contas?

Quais os desafios enfrentados por essas organizações no processo de transparência e prestação de contas?

Objetivo geral:

Analisar como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira e desempenho, e quais os desafios enfrentados por essas organizações nesse sentido, a partir de uma abordagem quantitativa.

Objetivos específicos:

- Identificar as práticas de transparência e prestação de contas nas entidades sem fins lucrativos que operam na Ilha de Santiago, em sua gestão financeira e de desempenho;
- Avaliar o nível de transparência nas referidas entidades sem fins lucrativos, mediante a percepção dos gestores e funcionários, obtida por meio de questionários para compreender a visão interna sobre as práticas de transparência na organização;
- Avaliar a percepção dos gestores e funcionários das ESFL da Ilha de Santiago, sobre a transparência e prestação de contas nessas organizações;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelas ESFL da Ilha de Santiago, na implementação de políticas e práticas de transparência e prestação de contas.

Estrutura da Dissertação

Com exceção da introdução que alberga a justificativa, a pergunta de partida, as hipóteses e os objetivos da pesquisa, a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos:

No primeiro capítulo que trata da “Fundamentação teórica”, faz-se a apresentação das principais teorias, conceitos e estudos relevantes relacionados ao tema da pesquisa.

No segundo capítulo, descreve-se os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração desta dissertação;

No terceiro capítulo, faz-se apresentação e descrição dos resultados da pesquisa;

No quarto e último capítulo, faz-se a discussão dos resultados e considerações finais. Contém ainda as limitações do estudo, além de sugestões para futuras pesquisas.

Capítulo I - Fundamentação Teórica

Este capítulo tem por objetivo, apoiar o objeto da investigação, constituindo assim uma base para sustentação dos capítulos seguintes. Deste modo, discute-se aqui alguns aspetos mais determinantes e significativos ligados a problemática da contabilidade voltada para prestação de contas, na perspetiva de diversos autores que trabalharam nessa linha de pesquisa.

1.1 Clarificação de conceitos chaves

Antes de se iniciar a fundamentação teórica propriamente dita, achou-se conveniente, clarificar os conceitos de **Transparência, Contabilidade, Prestação de contas e Entidades sem Fins Lucrativos**, uma vez que esses termos constituem a linha de força para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Assim, a “Transparência” é entendida por Barbosa (2002) como condição de abertura total dos canais de comunicação de uma organização (empresa, instituição, governo) para o público, sem nenhuma ocultação de informações.

A mesma linha de raciocínio foi seguida por Aló (2009), ao caracterizar a transparência como abertura, comunicação e prestação de contas, sendo assim entendida pela autora como uma metáfora do significado na física, em que um objeto transparente é aquele através do qual podemos ver.

Aló (2009, p. 24) fez questão de clarificar, conforme se segue, alguns termos que mais se encaixam com a palavra transparência:

- a) Informação completa: todas as informações estão disponíveis sem restrição; b) Informação objetiva: a informação responde diretamente às perguntas feitas; c) Informação confiável: a informação é correta, consistente e precisa; d) Informação de qualidade: a informação é correta, íntegra, consistente e precisa; e) Acesso fácil à informação: o mecanismo usado para acessar tem tempo de resposta e funcionalidades adequadas; f) compreensão da informação: A informação não causa dúvidas. todos podem compreender; g) Canais totalmente abertos de comunicação: acesso livre e fácil às informações.

Nessa linha de entendimento, Filipe e Vanessa (2023), defendem que a transparência passa uma ideia de abertura no que concerne às ações, políticas e práticas que afetam a sociedade, bem como a disponibilidade efetiva de as comunicar de uma maneira compreensível, acessível, oportuna e honesta, por iniciativa própria ou de modo compulsório

Prossegue-se com a clarificação de conceitos, desta feita sobre o termo contabilidade.

Durante a revisão da literatura, verificou-se, segundo Lames (2019, p. 12), que “a contabilidade passou por uma fase de conceituação mais instrumental para avançar para aspectos mais estratégicos chegando à Ciência Social Aplicada, mas a disparidade de opiniões e a coexistência de conceitos distintos permaneceu ao longo do tempo”.

Assim, Bugarim (2015), define a contabilidade como a ciência que estuda e controla o património das entidades, com foco na sua gestão e no fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões.

Ideia praticamente similar foi apresentada por Borges (2018) ao conceituar a contabilidade como a disciplina que tem por objeto o estudo das técnicas de registo, controle, demonstração e análise dos factos contabilísticos, com a intenção de fornecer informações para a tomada de decisões económicas.

A contabilidade pode ser definida como ciência que estuda, regista e controla os eventos económicos e financeiros de uma dada empresa, com finalidade de fornecer informações para a tomada de decisões (Ferreira J. J., 2016).

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p. 48): “A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza económica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Durante a revisão da literatura para clarificação do termo “Prestação de contas”, parece ficar evidente que, definir esse termo é uma tarefa complexa, principalmente pela ausência de consenso e de um único critério para seu entendimento. Percebeu-se que diferentes organizações – sejam públicas, privadas ou não governamentais, têm percepção diferente a respeito desse termo, e atribuem a ele diferentes características, as quais também podem depender do nível de prestação de contas que será feito, se local, nacional ou internacional.

Prestação de contas é um direito da população e uma obrigação das organizações, sendo por isso, um dos motivos pelo qual se demonstra a conformidade da organização/entidade com os acordos e compromissos assumidos com as pessoas com as quais trabalham e com outros públicos de interesse (Care, 2010).

Para Araújo, Cardoso e Novais (2012), trata-se de um relatório detalhado que contém todas as transações financeiras da empresa. Ou seja, tudo o que é ganho e gasto pela entidade, sendo portanto, um balanço financeiro fundamental para instituições que dão importância máxima à transparência operacional.

Vanni (2021) vai mais longe ao conceituar a prestação de contas, na medida em que, considera que a mesma, refere-se não somente a necessidade de tornar transparente o uso de recursos financeiros e não financeiros, mas também sobre a correção da capacidade de gestão, a adequação e conformidade entre ações e objetivos e os resultados alcançados pela organização.

Por fim, esclarece-se o conceito de Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), definido por Furtado e Celestrini (2022) como um conjunto de entidades ou instituições que realizam atividades de interesse público, espontâneas, não governamentais e não lucrativas em benefício geral da sociedade, independentemente dos demais setores (Estado e Mercado), embora possa ou deva receber deles colaboração.

As supramencionadas autoras consideram ainda que as tais entidades sem fins lucrativos são identificadas por grupos que formam fundações, associações, grupos religiosos, filantrópicos, grupos de moradores de rua, de bairro etc. Esses grupos têm como objetivo ajudar nas necessidades sociais que são falhas do estado e têm interesse em proporcionar o desenvolvimento nacional, regional e local, ou seja, trata-se de entidades compostas por instituições que, apesar de visualizarem benefícios coletivos são de natureza privada e não objetivam lucros financeiros.

Neste sentido, Santos (2017) admite que entidades sem fins lucrativos é um conceito amplo que se refere a um conjunto de organizações e empresas que visam conciliar o desenvolvimento econômico com a promoção do bem-estar social e da justiça social.

1.2 Breve historial sobre gênese e evolução das ESFL em Cabo Verde

As ESFL em Cabo Verde têm suas raízes nas tradições e práticas comunitárias locais, bem como nas iniciativas de grupos organizados que buscavam alternativas para superar os desafios socioeconômicos enfrentados pelo país. Segundo Carvalho (2015), as entidades sem fins lucrativos (ESFL) em Cabo Verde têm uma história rica e diversificada, que remonta ao período colonial. Para esse autor, durante esse tempo, as ESFL eram predominantemente organizações religiosas ou de caridade, que prestavam serviços sociais e educacionais para as comunidades locais.

Sabe-se que, com a independência de Cabo Verde em 1975, o país passou por grandes transformações políticas e econômicas que tiveram impacto significativo na sociedade civil e nas ESFL. Por essa razão, a primeira constituição de Cabo Verde independente, elaborada em 1980 e que estabeleceu as bases jurídicas para o desenvolvimento do país como uma nação

independente, reconheceu formalmente a liberdade de associação, ao permitir que, organizações civis fossem criadas sem restrições.

Durante os anos 80 e 90, um grande número de ESFL foram criadas em Cabo Verde, muitas das quais focadas em questões de desenvolvimento comunitário, direitos humanos, saúde, educação e meio ambiente. Essas organizações muitas vezes trabalhavam em colaboração com agências internacionais de ajuda e desenvolvimento, que forneciam financiamento e apoio técnico.

Foi exatamente nesse contexto que surgiu a Cruz Vermelha de Cabo Verde, instituída, segundo Cruz Vermelha de Cabo Verde (2016, p. Parág.1):

em 1975, pelo Decreto-Lei nº 2/75, publicado no Boletim Oficial nº 3/75, tendo o seu estatuto aprovado dois anos mais tarde, em 1977, pelo Decreto nº 52/77, de 18 de Junho, posteriormente retificado pelo Decreto-Lei nº 108/84, de 3 de Novembro de 1984, publicado no Boletim Oficial nº 44/1984.

Conforme Oliveira (2015), a fundação da Cruz Vermelha em Cabo Verde ocorreu em um contexto de desastres naturais, escassez de recursos e problemas socioeconômicos, que levaram a um aumento das necessidades humanitárias em todo o país.

Na década de 2000, houve um aumento na conscientização sobre a importância do papel das ESFL na promoção do desenvolvimento sustentável e na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. O Governo começou a desenvolver políticas públicas para apoiar o setor sem fins lucrativos, incluindo a criação de uma lei de associações sem fins lucrativos em 2005 (Monteiro, 2016).

A Lei que define o regime jurídico geral da constituição das Associações Sem Fins Lucrativos em Cabo Verde foi aprovada em 2003 pelo Parlamento cabo-verdiano, com o objetivo de regulamentar o setor das organizações sem fins lucrativos no país. A Lei nº 25/VI/2003 define as regras e procedimentos para a criação, registo, funcionamento, gestão e extinção de associações sem fins lucrativos em Cabo Verde (ANCV, 2003).

Entre os principais pontos regulamentados pela Lei estão: os requisitos para a criação de uma associação sem fins lucrativos, a estrutura organizacional e de governação das associações, os direitos e deveres dos membros, as obrigações fiscais e contabilísticas, os procedimentos para registo e cancelamento de registo, e os casos de extinção e liquidação das associações.

A Lei de Associações Sem Fins Lucrativos em Cabo Verde tem sido um importante instrumento para o fortalecimento do setor sem fins lucrativos no país, garantindo transparência, responsabilidade e eficiência na gestão das organizações da sociedade civil.

Atualmente, as ESFL são de reconhecida importância estratégica para o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Cabo Verde, contribuindo para a geração de emprego e renda, a redução da pobreza, o fortalecimento da coesão social e a valorização da cultura local. As ESFL em Cabo Verde incluem cooperativas, associações, fundações e empresas sociais, que atuam em diversas áreas, como agricultura, pesca, turismo, artesanato, cultura, entre outras.

1.3 Importância da contabilidade para ESFL

As grandes transformações socioeconómicas que têm vindo a ocorrer a nível mundial, em consequência do fenómeno da globalização, afetam direta ou indiretamente as organizações económicas e empresariais, tanto públicas como privadas, o que exige delas uma maior adequação das suas práticas de gestão à nova realidade de mercado.

Nesta linha de raciocínio, Passos (2010) admite que tais mudanças estão a ocorrer no campo tecnológico, político, social, ambiental, económico, financeiro, entre tantos outros, o que exige das empresas, meios confiáveis de obter informações indispensáveis ao seu sucesso. Informações adequadas e em tempo hábil para subsidiá-las no processo de tomada de decisão

Desta forma, o autor defende que, a contabilidade apresenta-se como instrumento de gestão que fornece as informações necessárias como também auxilia nos processos de concorrência, necessidades de aperfeiçoamento das novas tecnologias, globalização dos mercados, o que a torna assim indispensável para o sucesso das empresas. Entende-se assim que, a contabilidade visa fornecer ferramentas gerenciais adequadas para que os gestores possam tomar decisões com maior eficácia, com base nas informações dos artigos disponíveis. Ainda no contexto da importância, mas mais voltada para finalidade da contabilidade, Almeida (2012, p. 14), considera que a mesma visa “assegurar o controle do Patrimônio através do fornecimento de informações e orientações, que irão auxiliar na tomada de decisões, quer seja no planeamento das ações, quer seja no controlo do que foi anteriormente planeado”.

Na verdade, é por meio da contabilidade que se consegue registar e analisar todas as transações financeiras da instituição, o que certamente possibilita uma tomada de decisão mais assertiva e uma gestão mais eficiente.

No caso das ESFL, a contabilidade desempenha um papel ainda mais importante, uma vez que essas instituições dependem de doações e recursos financeiros para realizar suas atividades e cumprir sua missão social.

Por essa razão, Almeida (2012) refere que o setor terciário deve obedecer as normas e os princípios da contabilidade, visto que se trata de um setor que vem tendo um crescimento económico bem significativo.

A contabilidade é de suma importância para qualquer empresa, sendo ela de pequena, média ou de grande porte. Com ela, a empresa evita problemas de relacionamento que podem colocar em risco a imagem, a reputação e até mesmo a operação da empresa no futuro. Assim, com ajuda da contabilidade, o empresário pode tomar decisões estratégicas, pagar menos impostos, estar em dia com as leis e ter uma excelente organização empresarial.

Com o mundo cada vez mais globalizado, a contabilidade é vista não só como uma ferramenta que garante uma eficiente gestão, mas também de transparência perante os funcionários, sócios da empresa e até mesmo como instrumento de análise de créditos.

Segundo Fonseca e Marques (2019), para que a contabilidade possa realmente valer-se da sua importância, precisa contar com algumas das suas diversas ferramentas, nomeadamente: O Balanço Patrimonial, O Demonstrativo de Resultados de Exercício e o Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

Para Passos (2010), o Balanço Patrimonial tem basicamente o objetivo de trazer uma visão de origens e aplicações de recursos, mas também uma visão de dívidas e investimentos. Desta forma, possibilita ter um olhar abrangente da posição financeira da entidade num determinado período.

A Demonstração do Resultado de Exercício, por sua vez, apresenta a relação de receitas e despesas da empresa, o que revela o resultado do exercício (lucro ou prejuízo).

O Demonstrativo do Fluxo de Caixa tem uma visão financeira de entradas e saídas de recursos.

Percebe-se, conforme esclarece Oliveira (2020), que as ferramentas da contabilidade gerencial têm papel fundamental na administração do empreendimento, uma vez que agregam valor às empresas, ao trazerem benefícios à qualquer tipo de empreendimento, independentemente do seu porte.

Na sequência do acima exposto, Passos (2010) defende que a falta de reconhecimento das ferramentas da contabilidade gerencial como um instrumento de gestão prejudica e, por muitas vezes, impossibilita a sobrevivência de muitas empresas no mercado.

A contabilidade gerencial nas entidades sem fins lucrativos é uma ferramenta fundamental para a gestão financeira dessas organizações, pelo que deve ser utilizada para auxiliar na tomada de decisão dos gestores, pois, possibilita uma visão mais clara e precisa da situação financeira da organização (Pereira, 2018). Entre as principais informações que a contabilidade gerencial pode fornecer, esse último autor destaca e descreve as seguintes:

Análise de custos: por meio da contabilidade gerencial, é possível identificar os custos envolvidos na produção de bens ou serviços, bem como os custos administrativos e operacionais. Isso ajuda na definição de preços, na avaliação de rentabilidade e na identificação de possíveis desperdícios.

Planeamento financeiro: a contabilidade gerencial também é importante para a elaboração de um planeamento financeiro eficiente, que leve em consideração as necessidades e metas das ESFL. Com base nas informações contabilísticas, é possível projetar receitas, custos e despesas, e definir estratégias para alcançar os objetivos financeiros.

Controlo orçamental: a contabilidade gerencial também é fundamental para o controlo orçamental da organização, ao permitir que os gestores monitorem as despesas e receitas em tempo real e identifiquem eventuais desvios em relação ao orçamento previsto.

Avaliação de desempenho: a contabilidade gerencial também pode ser utilizada para avaliar o desempenho das ESFL ao longo do tempo. Com base nos dados contabilísticos, é possível identificar tendências e padrões, além de comparar o desempenho atual com períodos anteriores.

Em resumo, a contabilidade gerencial é uma ferramenta essencial para a gestão financeira das ESFL, uma vez que possibilitam uma visão mais clara e precisa da situação financeira da organização e auxiliam os gestores na tomada de decisão.

1.4 Normativos contabilísticos e de prestação de contas para ESFL em Cabo Verde

Tendo em consideração o contínuo aumento dos volumes de negócios em Cabo Verde, em consequência do fenómeno da globalização, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças, decidiu proceder à reestruturação do normativo contabilístico em Cabo Verde. Na sequência dessa reestruturação, foi criado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de fevereiro de 2008, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2009, um novo Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro, que passou a ser conhecido pela sigla SNCRF (Almeida & Barros, 2009).

Assim, esses mesmos autores esclarecem que, o novo modelo do SNCRF está alinhado com as normas internacionais de contabilidade

Entretanto, o Artigo 2º do referido Decreto-Lei defende que, em Cabo Verde:

o SNCRF aplica-se obrigatoriamente às seguintes entidades: a) Sociedades nacionais e estrangeiras abrangidas pelo código das Empresas Comerciais; Empresas individuais reguladas pelo código das Empresas Comerciais; Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; Empresas públicas; Cooperativas; Agrupamentos complementares de empresas; Outras entidades que, por legislação específica, se encontrem sujeitas ao Plano Nacional de Contabilidade (PNC) ou venham a estar sujeitas ao SNCRF (Almeida & Barros, 2009, p. 373).

Para esses mesmos autores, o SNCRF vem harmonizar as normas de contabilidade de Cabo Verde com as normas internacionais, o que constitui um fator importante de competitividade e internacionalização da economia cabo-verdiana.

Deste modo, entende-se que o Ministério das Finanças recomenda que as entidades sem fins lucrativos em Cabo Verde devem, de certo modo, alinhar-se com o novo modelo do SNCRF e elaborar demonstrações financeiras completas, que incluem o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e o fluxo de caixa.

O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que apresenta a posição financeira da entidade em uma determinada data, ou seja, seus ativos, passivos e patrimônio líquido. A demonstração de resultados apresenta as receitas e despesas da entidade em um determinado período e o resultado líquido. Já o fluxo de caixa apresenta as entradas e saídas de dinheiro da entidade em um determinado período (Silva, 2017).

Além das demonstrações financeiras, o Ministério das Finanças de Cabo Verde (2008), recomenda ainda que as entidades sem fins lucrativos devem também manter um registo contabilístico adequado e completo, que inclui o livro diário, o livro razão e o livro de inventário e balanço. Esses registos contabilísticos devem estar atualizados e disponíveis para consulta a qualquer momento.

A esse respeito, Silva (2017) considera que as ESFL devem manter um registo contabilístico adequado e completo, que inclui a elaboração de balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa. De acordo com esse autor, essas informações devem ser apresentadas anualmente, em assembleia geral, aos associados e/ou membros da entidade, bem como às autoridades fiscais, quando necessário.

As normas contabilísticas aplicáveis às ESFL em Cabo Verde são baseadas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que inclui um conjunto de princípios e regras contabilísticos para a elaboração de demonstrações financeiras. As entidades também devem

seguir as regras estabelecidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no que diz respeito à apresentação de declarações fiscais e pagamento de impostos (Ministério das Finanças de Cabo Verde, 2008).

Conforme o mesmo documento do Ministério das Finanças de Cabo Verde (2008), as ESFL devem ter um órgão de fiscalização, que pode ser uma comissão de fiscalização ou um revisor oficial de contas, dependendo do tamanho e do tipo de atividade da entidade. Esse órgão é responsável por examinar as contas da entidade e emitir um parecer sobre a sua adequação e legalidade.

Compreende-se assim que, as ESFL em Cabo Verde devem seguir as normas contabilísticas estabelecidas pela Lei das Associações e Fundações e pelo Código das Sociedades Comerciais, bem como as regras do SNC e da AT. A manutenção de registos contabilísticos adequados e a apresentação de demonstrações financeiras são fundamentais para a transparência e prestação de contas das entidades sem fins lucrativos.

1.5 Transparência contabilística e prestação de contas

A transparência contabilística e a prestação de contas são fundamentais para garantir a integridade e a confiança nas atividades financeiras de uma organização.

Quando uma empresa ou instituição é transparente e prestadora de contas, ela está na verdade a fornecer informações claras e precisas sobre seus negócios e a demonstrar responsabilidade financeira.

No processo de prestação de contas, a transparência é um fator crucial para o fortalecimento das relações entre as entidades responsáveis para gestão dos serviços e a comunidade servida. Esta tarefa pode ser realizada através de informação completa, objetiva, confiável, relevante e de fácil acesso e compreensão.

São diversas as razões para que a prestação de contas seja efetuada. Atualmente, a prestação de contas é entendida a partir de uma perspetiva mais ampla e real. Para Care (2010, p. 11):

o modelo económico dominante, a globalização e a descentralização, juntamente com os consequentes problemas de iniquidade, exclusão e pobreza, exigem uma mudança na perspetiva de modelos participativos. Esta é a forma que configura a prestação de contas.

Para essa instituição, o significado desse processo está na garantia da participação direta e sustentável e no retorno mútuo, pela promoção de relações de poder mais equilibradas e pelo fortalecimento da gestão organizacional.

Uma outra das principais razões pelas quais a transparência contabilística e a prestação de contas são importantes é porque elas ajudam a prevenir fraudes e irregularidades financeiras. Quando há uma clara prestação de contas, é mais difícil para os indivíduos ou grupos agirem de forma ilícita ou encobrir suas atividades financeiras Ramos (2018).

Na opinião de Pereira, Silva e Lopes (2017), as necessidades e exigências em se obter informações mais completas e detalhada sobre as ESFL podem ser colmatadas mediante um processo de prestação de contas, através do qual as entidades disponibilizam informação fidedigna sobre a gestão dos fundos que lhe são confiados, bem como sobre os resultados obtidos no decorrer da atividade a todos os seus interessados.

Neste sentido, Araújo et al. (2012, citado por Pereira , Silva e Lopes, 2017, p. 11) defendem que o ato de prestar contas, para além da divulgação de informação, consiste em reconhecer e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações, produtos e desempenho a ele associados.

Além disso, a transparência contabilística e a prestação de contas podem aumentar a confiança dos investidores e do público em geral. Nesta linha de entendimento, Ramos (2018) considera que, quando as empresas e as instituições públicas são transparentes sobre suas atividades financeiras, elas demonstram comprometimento com a responsabilidade social e com a ética nos negócios. Isso pode resultar em maior interesse e investimento por parte dos investidores e maior apoio por parte do público.

Outro benefício da transparência contabilística e da prestação de contas é a capacidade de identificar áreas onde podem ser feitas melhorias ou onde os custos podem ser reduzidos. A esse respeito, Fernandes (2019) salienta que quando as informações financeiras são claramente apresentadas, é mais fácil para os gestores e investidores identificarem áreas de ineficiência e tomar medidas para corrigi-las. Isso pode resultar em economias significativas e melhorias no desempenho financeiro geral.

Por outro lado, esse mesmo autor vai ainda mais longe, ao destacar que a transparência contabilística e a prestação de contas são importantes para garantir a conformidade legal e regulatória. Para ele, as empresas e as instituições públicas são obrigadas a cumprir uma série de leis e regulamentos financeiros, e a prestação de contas claras é uma parte essencial desse processo. No entendimento de Fernandes (2019), a transparência contabilística e a prestação de

contas ajudam a garantir que as organizações estejam a cumprir suas obrigações legais e regulatórias.

De tudo o que foi dito, fica a clara ideia de que a transparência contabilística e a prestação de contas são essenciais para a integridade financeira de uma organização. Elas ajudam a prevenir fraudes e irregularidades financeiras, aumentam a confiança dos investidores e do público em geral, identificam áreas onde podem ser feitas melhorias ou onde os custos podem ser reduzidos e garantem a conformidade legal e regulatória. Portanto, é fundamental que as empresas e as instituições públicas estejam comprometidas em fornecer informações claras e precisas sobre suas atividades financeiras.

No entanto, se é verdade que a transparência contabilística e a prestação de contas são essenciais para a integridade financeira de uma organização, não é menos verdade que a ausência desses procedimentos pode arruinar a existência tanto das entidades com fins lucrativos como das que operam sem fins lucrativos.

É exatamente nessa linha de raciocínio que Ramos (2018) chama atenção de que a falta de transparência contabilística e prestação de contas pode ter graves consequências para uma organização. Uma das principais consequências, segundo esse autor, é a perda de confiança do público e dos investidores. Ressalta que quando uma organização não é transparente sobre suas atividades financeiras, as pessoas podem questionar sua integridade e sua capacidade de gerir seus negócios de forma ética, o que por sua vez pode levar a um aumento de casos de fraudes e irregularidades financeiras. Corroborando com essa opinião, Bento e Gama (2018) entendem que quando as informações financeiras são difíceis de acessar ou não são apresentadas de forma clara, indivíduos ou grupos podem se sentir tentados a agir de forma ilícita ou encobrir suas atividades financeiras.

Outra consequência da falta de transparência contabilística e prestação de contas é a dificuldade em tomar decisões informadas. De acordo com os mesmos autores, sem informações financeiras claras, os investidores e os gestores podem ter dificuldades em tomar decisões informadas sobre os investimentos ou sobre a gestão da organização. Isso pode resultar em decisões inadequadas ou em riscos desnecessários, o que pode levar a perdas financeiras significativas.

Nessa ordem de preocupação, Ramos (2018) adverte que as organizações podem ser penalizadas ou enfrentar processos judiciais se não estiverem a cumprir as leis e regulamentos financeiros, ou se não estiverem a apresentar informações financeiras precisas e claras.

Percebe-se assim que, a transparência contabilística e a prestação de contas são fundamentais para garantir a integridade financeira e a confiança nas atividades de uma organização.

Portanto, é importante que as empresas e as instituições públicas sejam transparentes em suas atividades financeiras e apresentem informações claras e precisas para garantir a confiança e a integridade financeira a longo prazo.

1.6 Ferramentas de prestação de contas – A contabilidade gerencial nas ESFL

As ferramentas de prestação de contas visam a elaboração de relatórios necessários para as demonstrações de recursos arrecadados e distribuídos por determinadas entidades. Desse modo, torna-se possível mostrar para a sociedade a importância dessa entidade e a sua total honestidade (Furtado & Celestrini, 2022).

Apesar da prestação de contas continua a ser olhada por muita gente, apenas como dados quantitativos, essa ideia está a mudar paulatinamente. Para Care (2010), a diferença é fundamental quando se começa a implementar atividades e processos para a prática e o cumprimento desse pressuposto.

Para que a prestação de contas funcione no seu verdadeiro sentido, torna-se imprescindível que as entidades sem fins lucrativos apostem na chama “Contabilidade Gerencial”, que segundo Furtado e Celestrini (2022) é uma área focada no planeamento, controlo e tomada de decisões através do fornecimento preciso de informações para os administradores, através de suas técnicas e procedimentos tais como: como a contabilidade financeira e de custos e análise das demonstrações contabilísticas. Para essas autoras, através dessas ferramentas da contabilidade gerencial as empresas conseguem ter uma visão precisa da situação financeira da empresa, o que possibilita garantir segurança na tomada de decisões e soluções de problemas internos.

No entendimento de Pereira, Silva e Lopes (2017, pp. 11-12):

uma prestação de contas completa inclui, pelo menos, um plano de atividades; um orçamento; um relatório de atividades; um conjunto de DF (um Balanço, uma Demonstração dos Resultados, uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, um Anexo e, por opção ou por exigência, uma Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais); uma certificação legal das contas, se aplicável; e um parecer do órgão de fiscalização, quando exista.

Para uma melhor compreensão das reais funções de cada um desses documentos, Araújo et al. (2012, citados por Pereira, Silva e Lopes, 2017, p. 12) apresentam conforme se pode ver no excerto que se segue o essencial de cada um:

O plano de atividades é um documento estruturante que em conjunto com o orçamento permite alcançar visibilidade e garantir um acompanhamento das atividades a desenvolver ao longo do novo exercício económico. Um orçamento bem elaborado e que esteja em harmonização com o plano de atividades (criado com base em pressupostos e projeções financeiras) assume-se como uma importante ferramenta de gestão. Segundo os mesmos autores, o relatório de atividades tem como função principal discriminar os objetivos atingidos, o grau de realização das atividades e os recursos utilizados. As Demonstrações Financeiras completam o processo do relato financeiro e destinam-se a satisfazer as necessidades da maioria dos utilizadores, proporcionando informação acerca da posição financeira, das variações desta e dos resultados das operações.

Já no caso das entidades dispensadas e que não optem pela aplicação da normalização contabilística para as ESNL, Antão et al. (2012 citados por Pereira, Silva e Lopes, 2017, p. 12) entendem que:

estas terão de apresentar as contas em regime de caixa e por conseguinte, divulgar a informação através dos mapas de pagamentos e recebimentos, de património fixo e de direitos e compromissos futuros.

Para além das suprarreferidas ferramentas utilizadas na prestação de contas das ESFL, Ebrahim (2003a, citado por Filipe e Vanessa, 2023) apresenta outras, nomeadamente: “Relatórios, Avaliações, Participação, Autorregulação e Auditoria Social”

Filipe e Vanessa (2023) fizeram questão de descrever, conforme se segue, o modo como cada uma das referidas ferramentas pode melhorar o serviço de prestação de contas nas referidas entidades. Assim:

Os Relatórios - são as ferramentas de prestação de contas mais comuns e são frequentemente exigidos por órgãos de regulação públicos, a quem se reportam informações pormenorizadas sobre as contas e atividades realizadas. Por outro lado, os financiadores exigem relatórios relacionados com os projetos que apoiam financeiramente. Trata-se de ferramentas importantes de prestação de contas. No entanto, priorizam essencialmente a prestação de contas ascendente, por vezes com incidência exclusiva no relato sobre a execução financeira e outros indicadores que não traduzem em profundidade o trabalho efetuado pelas organizações.

As Avaliações - também bastante utilizadas como «ferramentas» facilitadoras de prestação de contas, as avaliações focam-se com maior frequência no desempenho e na análise de resultados. Podem ser realizadas em diversas fases de um projeto e assumem um enfoque externo ou interno. Se os públicos-alvo ou destinatários forem envolvidos nas avaliações, o potencial da prestação de contas descendente é potencialmente significativo. As avaliações externas são, em geral, feitas por financiadores a meio ou, mais frequentemente, na fase final dos projetos. Focam-se normalmente nas atividades e resultados imediatos e são determinantes para futuros financiamentos, pelo que enfatizam a prestação de contas ascendente. Nas avaliações internas, os recursos humanos envolvem-se no seu progresso, seja em redor dos objetivos dos financiadores, seja em torno da melhoria contínua e dos seus próprios objetivos internos. Quando a avaliação interna decorre num clima de confiança e diálogo aberto, em que a assunção do “erro” é permitida, a prestação de contas lateral pode ganhar predominância e dão espaço para uma aprendizagem organizacional.

A Participação - é um mecanismo de prestação de contas bastante diferente dos dois anteriores. De facto, a participação além de ser assumida como um «processo», é um princípio basilar na intervenção social, de carácter consensual, subjacente genericamente a práticas diárias das ESFL e que prioriza a prestação de contas descendente. O problema coloca-se, quando se reduz a participação a um mero ritual entre os públicos-alvo ou destinatários e intervenientes das organizações, em que o exercício de “voz” se torna meramente simbólico e se negligencia a capacidade transformadora que a participação contém de reequilibrar as relações de poder. Considerando que um financiador dominante, como o Estado, detém um poder de influência elevado sobre uma ESFL, também as assimetrias de poder entre as ESFL e as pessoas e comunidades-alvo da sua ação deve ser encarada. Com efeito, a desigualdade de poder entre estes dois atores pode conduzir a resistências por parte destes últimos em interpelar ou criticar práticas dos primeiros. A literatura e o senso comum narram múltiplos casos em que, embora muitas organizações e projetos se nomeiem como “espaços de participação”, as dificuldades de concretização de objetivos podem revelar que não atenderam às necessidades, forças e potencialidades dos atores com quem trabalham. Posto isto, reuniões, assembleias plenárias ou contextos informais de diálogo, desde que estruturados, combinados com ferramentas adequadas de “escuta” e de envolvimento efetivo, asseguram uma prestação de contas participada. Ferramentas – como as avaliações – podem ser articuladas com processos de participação, como abordagem para reunir feedback e influenciar tomadas de decisão. Para tal,

pode-se recorrer a modalidades em que também a ação dos financiadores e das ESFL sejam analisadas pelas comunidades.

A Autorregulação - tal como o anterior, a autorregulação é um processo que privilegia a prestação de contas horizontal. Parte da iniciativa voluntária do setor ou subsectores das ESFL em que organizações ou grupos de organizações aderem a processos participativos exaustivos para articular os padrões de comportamento que se esperam que as mesmas cumpram, relacionadas com estruturas de governação transparentes, práticas de contratação ou políticas de comunicação, e que se materializa muitas vezes na forma de códigos de ética ou conduta. O processo de desenvolvimento destes mecanismos promove a possibilidade das ESFL dialogarem entre si, conhecerem-se melhor e construírem uma identidade comum. A ideia subjacente aos mecanismos de autorregulação é que o próprio setor das ESFL deve estar ativamente empenhado na promoção de um conjunto de valores e normas como parte da manutenção de uma credibilidade pública de bom desempenho e elevados comportamentos éticos. A partilha de práticas, a cooperação e a aprendizagem mútua visam o reforço do setor e, simultaneamente, procuram demonstrar que este compreende e cumpre com as suas responsabilidades. Uma das principais críticas formuladas às abordagens de autorregulação é a dificuldade destes mecanismos exercerem ação coerciva e aplicarem sanções, por isso, certos modelos envolvem um processo de certificação através do qual avaliadores de conformidade estão habilitados a conceder ou revogar a certificação às organizações.

A Auditoria Social – a auditoria social é simultaneamente um processo e uma ferramenta que pretende diagnosticar, analisar, reforçar o desempenho e o comportamento ético das organizações e reportar resultados, particularmente, através do diálogo com as diferentes partes interessadas.

Uma das suas maiores virtudes é o envolvimento das pessoas, das comunidades destinatárias e dos financiadores no desenvolvimento dos objetivos e valores organizacionais, mas também na construção de indicadores de desempenho ajustados à complexidade do contexto onde operam as ESFL, sejam estes indicadores relativos a resultados de curto prazo ou de longo prazo.

Pode, ainda, servir como oportunidade para o planeamento estratégico e para a aprendizagem organizacional. Uma vez que as auditorias sociais mobilizam vários dos mecanismos referidos anteriormente, alcançam uma profundidade de análise e contêm um potencial de mudança não menosprezíveis e, ao serem realizadas por uma entidade externa, promovem a credibilidade das organizações ao comunicarem informações isentas e

fundamentadas. A auditoria social pode equilibrar e melhorar a prestação de contas ascendente e descendente, contudo, as partes interessadas têm de ser sistematicamente incluídas no diálogo, no desenvolvimento de indicadores e na avaliação de desempenho.

A prestação de contas pode concomitantemente ser realizada em várias direções ou sentidos, em função do público-alvo a que se destina.

Deste modo, Filipe e Vanessa (2023) destacam e descrevem conforme se segue, quatro tipos de prestação de contas distintos (ascendente, descendente, lateral e horizontal), sendo que cada um segue uma orientação diferente dos restantes.

Prestação de contas Ascendente – é genericamente considerada o tipo mais usual de prestação de contas. De acordo com essa modalidade, as ESFL devem **reportar** às partes interessadas que regulam a sua atividade, em concreto àqueles que disponibilizam fundos e que, por isso, querem saber como o seu investimento financeiro é executado.

Manifesta-se através de vários mecanismos diferentes e normaliza-se sobretudo na elaboração de relatórios de natureza financeira, com destaque para aspetos quantitativos, segundo modelos preestabelecidos por cada um dos financiadores.

Prestação de contas descendente – esta modalidade apoia a sua atuação na ideia de que as ESFL **não devem prestar contas** apenas às entidades que as financiam, mas também aos públicos-alvos da sua ação.

Esta forma de procedimento exige mecanismos de prestação de contas flexíveis e adequados. Reconhece que as ESFL melhorem e fortaleçam a sua ação a partir do envolvimento ativo, da experiência e do feedback das partes interessadas com que trabalham, numa lógica de influência mútua e de aprendizagem conjunta.

Prestação de contas em sentido lateral – é o tipo que responsabiliza as ESFL face aos seus recursos e a outros membros internos à organização e em relação à sua missão. Parte da vontade de melhoria organizacional contínua e expressa a intenção das ESFL de aprenderem com o que (não) resulta e o porquê, em prol do reforço das suas práticas organizacionais e gestionárias, através de um conjunto de mecanismos de prestação de contas, como a avaliação e a participação.

Entende-se assim que se trata de um tipo de prestação de contas desafiadora, uma vez que as ESFL tendem a sobrepor a sua ação a uma reflexão e análise críticas.

Prestação de contas em sentido horizontal – refere-se a relação entre as ESFL e traduz-se na construção conjunta e voluntária de mecanismos de autorregulação (códigos de conduta e desempenho), desenvolvidos dentro do setor ou dos subsectores em que as ESFL se

inserem, tendo em vista o incentivo de determinados modelos comportamentais e a partilha de boas práticas.

Essa modalidade de prestação de contas contribui para que as organizações olhem para si próprias e criem uma identidade partilhada, o que possibilita o fortalecimento interno do setor e a apresentação coletiva da sua missão, valores e princípios às suas principais partes interessadas e à sociedade em geral.

Percebe-se assim que o ato de prestar contas implica, conforme refere Kilby (2006), uma relação de influência mútua entre atores dos mais diversos setores, o que leva naturalmente, a necessidade de relações e de distribuição de poderes entre eles.

Ainda na sequência da temática relativa à prestação de contas Guimarães (2023) chama atenção de que o ato de prestar contas deve começar na própria instituição para depois se estender para outros interessados. Nas palavras de Guimarães (2023, p. 9), “a transparência começa cá dentro porque nas ESFL as partes interessadas internas são: o alicerce jurídico da entidade; a licença para operar; a primeira validação das práticas e um instrumento de prevenção da corrupção”.

Para ela, qualquer que seja a sub-família das ESFL a que pertença, a organização deve estar preparada para partilhar informação de gestão com: associados (quando existentes); membros da irmandade/membros dos conselhos consultivos e outros órgãos (quando existentes); clientes e representantes legais dos clientes e colaboradores e voluntários.

Em termos de vantagens, a autora discorre sobre as vantagens da transparência interna tanto para os membros dos órgãos sociais, como para os Stakeholders internos.

Em relação aos membros dos órgãos sociais, a transparência interna traz as seguintes vantagens: aumento da legitimidade de atuação dos órgãos sociais; maior envolvimento de todos no processo de gestão; corresponsabilização na tomada de decisões complexas e promoção da credibilidade e da fiabilidade.

Já para os Stakeholders internos, a mesma autora entende que a transparência interna pode ajudar nas seguintes situações: promoção dos direitos dos clientes e para a sua participação ativa na organização; desenvolve a cultura organizacional e o aumento da produtividade alinhada com os fins e desafios da organização; aumento do conhecimento sobre a instituição e consequente capacitação para a tomada de decisões conscientes nas Assembleias Gerais e outros órgãos e fortalece as relações entre os diversos atores internos da organização e melhora o clima organizacional.

Para um adequado procedimento no processo de prestação de contas, Guimarães (2023, p. 13) aconselha que se deve orientar pelos seguintes passos: “apresentar o mecanismo de prestação de contas de modo simples aos diversos stakeholders; indicar os objetivos do mecanismo; selecionar a informação a partilhar por grupo de stakeholders; comunicar; avaliar a mudança operada na organização e introduzir as alterações necessárias”.

Entende-se assim que a prestação de contas é um procedimento complexo, mas de extrema importância para garantir a transparência e a credibilidade interna e externa da organização/entidade.

1.6.1 Website e código de conduta como ferramentas complementares de prestação de contas

Atualmente, vivemos numa sociedade de informação, onde graças ao poder da internet, o fenómeno da globalização vem se tornando uma realidade cada vez mais inquestionável. Com efeito, a partir de um simples click, qualquer usuário com acesso a internet e equipamentos necessários, pode independentemente do lugar onde se encontra, acessar as mais diversas fontes de informações.

É exatamente nessa linha de raciocínio que a utilização de um website pode ser uma forma eficiente e transparente de prestar contas à sociedade, aos investidores, acionistas e outros interessados. Através do website, é possível disponibilizar informações contabilísticas e financeiras, relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, comunicados ao mercado, entre outras informações relevantes sobre a empresa.

Deste modo, a utilização do website como ferramenta de comunicação financeira é, na visão de Soares (2016), cada vez mais comum entre as empresas portuguesas cotadas, e que a transparência e a qualidade da informação disponibilizada no website são fatores críticos para o sucesso dessa prática.

Na verdade, o recurso ao website como meio de prestação de contas pode aumentar a transparência das empresas e melhorar a perceção dos stakeholders em relação à gestão dessas empresas. No entanto, o autor destaca que a efetividade dessa prática depende da qualidade da informação disponibilizada no website e da sua acessibilidade aos stakeholders.

No entendimento de Branco (2015), ao disponibilizar informações financeiras e contabilísticas em um website, as empresas podem alcançar um público mais amplo do que se estivessem limitadas a publicações impressas. Esta forma de agir no processo de prestação de contas contribui não só para alcançar um público cada vez maior e minimizar o desperdício de

papeis e tintas das impressoras, como também para evitar a poluição desnecessária do meio ambiente. Além disso, esse mesmo autor ressalta que a utilização de um website pode proporcionar maior transparência e responsabilização, ao permitir que os stakeholders (partes interessadas) tenham acesso a informações financeiras e contabilísticas atualizadas em tempo real.

Carvalho (2018) partilha da mesma opinião, ao considerar que o recurso ao website pode proporcionar economia de custos em relação à distribuição de relatórios financeiros impressos, além de ser ecologicamente mais sustentável. No entanto, alerta que, é importante que as empresas garantam que as informações disponibilizadas em seus websites sejam precisas e acessíveis, para que os stakeholders possam tomar decisões informadas com base nessas informações.

Além disso, a utilização de websites também pode ajudar as empresas a cumprir as exigências regulatórias em relação à prestação de contas e transparência

Embora a utilização de websites na prestação de contas tenha muitas vantagens, também existem alguns aspetos negativos a considerar. A esse respeito, Marques, (2019) destaca os casos de “Acesso limitado”, “Informações enganosas”, “Falta de uniformidade” e “Segurança”. O autor, fez questão de descrever conforme se segue, cada um dos casos supramencionados:

Acesso limitado: Nem todos os stakeholders têm acesso à internet ou têm as habilidades técnicas necessárias para navegar em websites. Isso pode limitar o alcance da comunicação financeira e excluir determinados grupos de stakeholders, como idosos ou pessoas de baixa renda.

Informações enganosas: Existem riscos associados à publicação de informações financeiras em websites, especialmente se não forem verificadas com precisão. Isso pode levar a informações enganosas, o que pode prejudicar a confiança e a credibilidade da empresa.

Falta de uniformidade: Os websites das empresas podem diferir muito em termos de layout, apresentação e detalhe das informações. Isso pode tornar difícil para os stakeholders comparar informações financeiras e tirar conclusões sobre a saúde financeira da empresa.

Segurança: A publicação de informações financeiras em um website pode aumentar o risco de violações de segurança e violações de privacidade. As empresas precisam garantir que seus websites estejam adequadamente protegidos contra ameaças cibernéticas e que as informações financeiras sejam divulgadas apenas para os stakeholders apropriados.

Por causa dessas razões, as empresas precisam considerar cuidadosamente esses aspetos negativos e garantir que suas práticas de comunicação financeira sejam projetadas para atender às necessidades de seus stakeholders de maneira adequada e responsável.

Por outro lado, é importante destacar que a utilização do website na prestação de contas deve ser acompanhada de medidas de segurança para garantir a proteção das informações da empresa e dos stakeholders. Além disso, é necessário garantir que as informações disponibilizadas no website sejam precisas, atualizadas e estejam em conformidade com as normas contabilísticas e regulatórias aplicáveis.

No que concerne a aplicação das normas de conduta no contexto das ESFL, apurou-se que se trata de uma ferramenta fundamental para estabelecer a cultura organizacional e definir o comportamento esperado dos indivíduos que integram uma determinada empresa ou entidade.

Nesta linha argumentativa, Ferreira e Neto (2019), entendem que as normas de conduta são regras informais ou formais que orientam o comportamento das organizações sem fins lucrativos, uma vez que estabelecem padrões de ética e responsabilidade social que devem ser seguidos para garantir a sua legitimidade e sustentabilidade.

Para garantir o cumprimento desses princípios, esses autores consideram essencial que as ESFL adotem um código de conduta, que consiste em um conjunto de normas e diretrizes que orientam a conduta dos membros da organização e suas relações com outras entidades e pessoas.

A elaboração do código de conduta deve ser feita de forma participativa e deve envolver todos os membros da organização, para além de levar em consideração a missão, visão e valores da entidade. Além disso, o documento deve estar alinhado com a legislação vigente e com as normas éticas e morais da sociedade. É importante ressaltar que o código de conduta não deve ser apenas um conjunto de regras, mas também um compromisso com os valores da organização (Ramos & Ferreira, 2018).

A utilização do código de conduta nas ESFL traz, segundo Ferreira e Neto (2019), diversos benefícios, entre eles:

Transparência: O código de conduta estabelece as normas e diretrizes que regem a conduta dos membros da organização, ao promoverem a transparência e a clareza nas relações internas e externas da entidade.

Integridade: Ao definir o comportamento esperado dos membros da organização, o código de conduta ajuda a promover a integridade da entidade e a evitar condutas inadequadas ou antiéticas.

Confiança: A adoção de um código de conduta pode ajudar a aumentar a confiança da sociedade na entidade, demonstrando o compromisso da organização com os valores éticos e morais.

Tomada de decisão: O código de conduta fornece diretrizes para a tomada de decisão em situações que envolvem questões éticas e morais.

Importa salientar que além dos benefícios mencionados, a adoção de um código de conduta também pode contribuir para a melhoria da gestão corporativa das ESFL, ao aumentar a eficiência e eficácia das suas operações e fortalecer o seu relacionamento com stakeholders.

Evitar conflitos de interesse: As organizações sem fins lucrativos geralmente têm múltiplos interesses em jogo, nomeadamente, os interesses dos doadores, dos beneficiários e da própria organização. O código de conduta pode ajudar a identificar e evitar conflitos de interesse e a estabelecer diretrizes para lidar com situações em que conflitos possam surgir.

Inclusão e diversidade: As organizações sem fins lucrativos geralmente trabalham com uma ampla gama de pessoas e comunidades. O código de conduta pode ajudar a garantir que a organização promova a inclusão e a diversidade em suas atividades e que evite qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Ética e integridade: As entidades sem fins lucrativos geralmente são vistas como uma fonte de esperança e de mudança positiva. O código de conduta pode ajudar a manter a integridade e a ética da organização, ao ajudar a estabelecer padrões claros para a conduta dos membros da organização e garantir que a organização siga as melhores práticas e padrões éticos.

Contudo, a semelhança do que se passa em outras organizações, o código de conduta para entidades sem fins lucrativos pode, conforme Marques e Gouveia (2019) ter também alguns aspetos negativos. Alguns dos possíveis aspetos negativos incluem:

Complexidade e burocracia: O código de conduta pode se tornar muito complexo e burocrático ao dificultar a sua compreensão e implementação. Isso pode levar a uma sobrecarga administrativa para a organização e desencorajar a participação dos membros da organização.

Custos adicionais: A implementação e o cumprimento do código de conduta podem exigir recursos financeiros e humanos adicionais da organização, o que pode ser um fardo financeiro para organizações sem fins lucrativos que muitas vezes operam com orçamentos apertados.

Falta de adesão: Se os membros da organização não estiverem dispostos a aderir ao código de conduta, ele pode não ser eficaz na promoção de padrões éticos e de integridade. Isso pode levar a uma perda de confiança do público na organização e prejudicar sua reputação.

Desalinhamento com a missão da organização: O código de conduta pode não estar alinhado com a missão da organização ou pode não levar em conta as necessidades específicas das comunidades com as quais a organização trabalha. Isso pode levar a situações em que a organização é forçada a seguir as regras, mesmo que elas não sejam adequadas para a sua missão ou comunidade.

1.7 Aspectos positivos e negativos de prestação de contas

A prestação de contas é um processo fundamental para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão de recursos, sejam eles públicos ou privados. No entanto, Becho (2015) adverte que esse processo pode ter tanto aspectos positivos quanto negativos. Eis alguns exemplos de aspectos positivos e negativos apresentados e descritos pelo autor:

1.7.1 Aspectos positivos da prestação de contas:

Transparência: a prestação de contas permite que as entidades de economia social demonstrem transparência nas suas atividades financeiras e operacionais, o que ajuda a construir confiança com os seus membros, doadores e a comunidade em geral.

Responsabilidade: A prestação de contas também ajuda a promover a responsabilidade, pois os gestores são obrigados a prestar contas sobre como estão a ser usados os recursos que foram confiados a eles. Desta forma, garantem que as suas finanças estejam em conformidade com os padrões e regulamentos exigidos.

Melhor Tomada de Decisões: Ao manter registos financeiros precisos e relatórios claros, as entidades sem fins lucrativos são capazes de tomar decisões informadas e estratégicas para o futuro.

Confiança: Quando as pessoas sabem que a prestação de contas é realizada regularmente e de forma transparente, elas tendem a confiar mais nas organizações ou instituições envolvidas.

Identificação de problemas: A prestação de contas pode ajudar a identificar problemas e falhas no sistema e permitir assim que esses problemas sejam corrigidos a tempo.

1.7.2 Aspectos negativos da prestação de contas:

Custo Financeiro: a prestação de contas pode ser um processo caro para as entidades de economia social, uma vez que elas precisam de recursos financeiros para manter os registos, gerar relatórios e realizar auditorias.

Tempo: a prestação de contas também pode ser um processo demorado, especialmente se houver muitos relatórios e dados a serem analisados.

Complexidade: A prestação de contas pode ser um processo complexo, especialmente se houver muitas fontes de recursos e várias partes envolvidas.

Conflito de interesses: Em alguns casos, a prestação de contas pode gerar conflitos de interesses entre as partes envolvidas, especialmente quando os resultados são desfavoráveis a uma ou mais delas.

Dificuldades de Comunicação: As ESFL podem enfrentar desafios na comunicação dos relatórios financeiros, especialmente para aqueles que não são financeiramente alfabetizados.

Risco de Fraude: A prestação de contas pode não garantir a deteção de fraudes, erros ou irregularidades, uma vez que os processos de auditoria não são infalíveis.

Sobrecarga Administrativa: O processo de prestação de contas pode ser demorado e administrativamente sobrecarregado para as ESFL, o que impede de se concentrarem nas suas atividades principais.

1.8 Os desafios de prestação de contas nas entidades sem fins lucrativos em Cabo Verde

A prestação de contas é um elemento essencial para a transparência e responsabilidade das ESFL em Cabo Verde. Trata-se, conforme sugere o próprio nome, de organizações que não têm o objetivo de gerar lucros para seus fundadores, acionistas ou diretores. Possuem propósitos específicos, como promover atividades de assistência social, cultural, educacional, científica, religiosa, filantrópica, entre outras.

No entanto, segundo Rodrigues (2013), a prestação de contas pode ser um desafio para essas entidades, especialmente devido às seguintes razões: falta de conhecimento, limitações financeiras, complexidade das atividades, falta de envolvimento dos membros, capacitação, consultoria, simplificação, entre outras.

Para uma melhor compreensão dessas razões, o autor descreve em traços gerais e conforme se segue, o essencial de cada razão:

Falta de conhecimento: muitas ESFL em Cabo Verde não têm conhecimento suficiente sobre as normas contabilísticas e fiscais que devem cumprir. Isso pode dificultar a preparação e apresentação das contas, bem como a compreensão do seu significado.

Limitações financeiras: algumas ESFL podem não ter recursos financeiros suficientes para contratar contabilistas ou auditores externos para ajudá-las a preparar as contas e a assegurar a sua conformidade com as normas contabilísticas e fiscais aplicáveis.

Complexidade das atividades: algumas ESFL podem realizar atividades complexas, como projetos de desenvolvimento comunitário ou atividades comerciais. A gestão das contas nessas situações pode ser mais desafiadora, especialmente se os processos contabilísticos e de relatórios não estiverem adequadamente estruturados.

Falta de envolvimento dos membros: em muitas ESFL, os membros podem não estar suficientemente envolvidos na prestação de contas. Isso pode levar a um baixo nível de transparência e responsabilidade, o que pode ser prejudicial para a reputação da organização.

Para superar esses desafios, as ESFL em Cabo Verde podem adotar as seguintes medidas:

Capacitação: as entidades devem investir em capacitação dos seus membros para que estes tenham conhecimentos suficientes em contabilidade e finanças.

Consultoria: a contratação de contabilistas ou auditores externos pode ajudar as ESFL a preparar as contas e a assegurar a sua conformidade com as normas contabilísticas e fiscais aplicáveis.

Simplificação: as entidades devem simplificar os seus processos contabilísticos e de relatórios, especialmente se realizam atividades complexas.

Em resumo, a prestação de contas é um desafio importante para as entidades sem fins lucrativos em Cabo Verde. No entanto, com a adoção de medidas adequadas, essas organizações podem superar esses desafios e melhorar a sua transparência e responsabilidade para com os seus membros e a sociedade em geral.

Filipe e Vanessa (2023) apresentam outras razões que geram dificuldades na prestação de contas, nomeadamente: **Relações com partes interessadas, Propósito e a Operacionalização.**

Assim, no que tange:

- **as relações com partes interessadas,** os referidos autores explicam que as entidades sem fins lucrativos relacionam-se com múltiplos atores, pelo que têm de desenvolver formas de prestação de contas diferentes (ascendente, descendente, lateralmente e

horizontalmente)¹ para cada um deles, em função das suas necessidades, expetativas e exigências (Diferenças de poder dos diferentes atores).

Por outro lado, a limitação de recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e temporais) dificultam responder todos os apelos e em selecionar o tipo de prestação de contas que devem priorizar. Os custos associados à prestação de contas constituem outra ameaça face a uma prestação de contas almejada.

Os mesmos autores referem ainda o facto dos poderes punitivos estão do lado dos financiadores e reguladores que podem cortar os financiamentos e impor condicionantes à intervenção se os resultados obtidos não corresponderem os seus desejos.

Face a essa situação, torna-se evidente que neste tipo de prestação de contas de carácter essencialmente ascendente, de modo a atender rapidamente as exigências dos financiadores e dos reguladores, levam as entidades sem fins lucrativos a negligenciarem abordagens estratégicas de longo prazo ou tentativas de inovação que se dirigem a problemas sociais sistémicos e mudanças políticas.

O foco demasiado na produção e demonstração dos resultados quantitativos, em detrimento de informação narrativa sobre os processos, pode prejudicar o trabalho das ESFL comprometidas com a construção de relações de autonomia e cujos esforços podem demorar longo tempo para dar resultados esperados (Filipe & Vanessa, 2023).

Outro aspeto prejudicial referido por Filipe e Vanessa (2023, p. 18) prende-se com o “funcionamento interno dessas organizações, pois muitas delas evitam a comunicação de questões potencialmente geradoras de tensão ou a assunção de erros perante outros atores que lhes possam tirar vantagem competitiva”.

Tendo em consideração o acima exposto, fica a clara ideia de que as entidades sem fins lucrativos preferem maioritariamente a prestação de contas ascendente, que segundo Becho (2015), deriva de exigências externas que podem ter reflexos na sua sobrevivência financeira, em detrimento dos restantes três tipos, que resultam, mais frequentemente, da responsabilidade sentida” e que são impulsionados a partir de motivações internas com baixo poder de imposição.

¹ **Ascendente** – relativamente as autoridades reguladoras e financiadores; **Descendente** – face às pessoas com quem se trabalha; **Lateralmente** – perante si próprias e para com a sua missão e **Horizontalmente** – entre os seus pares e o setor a que pertencem.

➤ **o Propósito,**

Filipe e Vanessa (2023), entendem que um outro desafio enfrentado pela entidades sem fins lucrativos prende-se com o propósito de alterar as práticas de uma prestação de contas ascendente para uma prestação de contas assente em mecanismos que permitam às organizações manterem-se coerentes com os valores que adotam e asseguraram que os seus públicos-alvo participam de forma efetiva nos processos de desenvolvimento e autonomização que os implicam.

Neste sentido, esses autores chamam atenção de que o foco numa prestação de contas ascendente pode ser problemático, porque desvia a atenção das ESFL para os interesses daqueles que controlam os recursos, em detrimento da própria missão organizacional ou das pessoas e comunidades alvo da sua ação.

➤ **a Operacionalização,**

Torna-se necessário encontrar soluções de equilíbrio entre mecanismos de prestação de contas orientados por regras e focados em resultados de curto-prazo e abordagens de longo prazo que permitem gerar uma aprendizagem organizacional e contribuir para uma transformação social.

Deste modo, compreende-se que a realização de uma prestação de contas almejada por todos, requer uma mudança de paradigma na forma como tem vindo a ser executada.

Para tal, os chamados Órgãos de regulação e financiadores precisam colaborar seriamente com as restantes partes interessadas, no sentido de debater e estabelecer compromissos firmes para que passe a existir um equilíbrio de forças na tomada de decisões.

Capítulo II - Quadro Metodológico

2.1 Caraterização da pesquisa

A metodologia é a espinha dorsal de todo e qualquer trabalho de investigação científica. Conforme sublinha Michel (2005), pode-se entender a metodologia como um caminho que se traça para a construção de conhecimento, de modo que este venha a servir na resolução de problemas e na satisfação das necessidades e dúvidas. Tendo em conta a essência da pesquisa que se desenvolveu e os desideratos que se propõe atingir, acreditou-se ser mais viável recorrer-se à abordagem quantitativa e deixar de lado a abordagem qualitativa. Essa decisão deveu-se ao facto de que a natureza das questões elaboradas para recolha de dados, são de certo modo comprometedoras, de maneira que, numa entrevista, as pessoas inquiridas não se sentirão a vontade, podendo por isso ocultar determinadas verdades que podem ser cruciais para se chegar a uma conclusão mais sólida. Face a essa situação, optou-se por trabalhar questões fechadas na escala de Likert (Abordagem quantitativa), capazes de deixar os respondentes mais a vontade em termos de decisão nas respostas que tinham que dar.

Creswell (2014) defende que se trata de uma abordagem com o intuito de testar teorias objetivas, através da análise da relação entre variáveis, que poderão ser medidas através de procedimentos estatísticos, com base nas hipóteses de investigação assumidas

Conforme o mesmo autor, a abordagem quantitativa é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não. Nesse sentido, a pesquisa quantitativa está ligada ao dado imediato.

Para Severino (2016), a abordagem quantitativa é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada, embora reconheça a rigidez deste tipo de abordagem. Deste modo, considerando que as atitudes de transparência e de prestação de contas são atualmente mensuráveis, utilizou-se essa forma de abordagem para o tratamento e apresentação dos dados recolhidos a partir da aplicação dos questionários aos gestores e outros funcionários afetos à Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago.

Portanto, tendo em conta os objetivos traçados, pode-se perceber que a pesquisa desenvolvida é de carácter exploratória e descritiva.

Exploratória porque, conforme Diana (2019), o principal objetivo deste tipo de pesquisa é explorar um problema, e assim fornecer informações para uma investigação mais precisa. Ela

se concentra na descoberta de ideias e pensamentos. Portanto, a autora esclarece que a pesquisa exploratória funciona como uma tentativa de estabelecer as bases que levarão a estudos futuros, ou determinar se o que está a ser observado pode ser explicado por uma teoria já existente. Na maioria das vezes, essas pesquisas constituem a base inicial para futuras pesquisas.

É também descritiva, pois segundo Diana (2019), visa essencialmente descrever o que está a acontecer, mas com mais detalhes, de modo a preencher as partes que faltam por forma a expandir nossa compreensão. Para isso, conforme a autora, coleta-se o máximo de informação possível, em vez de fazer suposições ou modelos elaborados para prever o futuro. Vai ainda mais longe ao explicar que, o principal uso desse tipo de pesquisa é definir melhor uma opinião, atitude ou comportamento de um grupo de pessoas em determinado assunto.

Assim, os cruzamentos realizados entre algumas variáveis que envolvem a transparência e prestação de contas permitem compreender as relações entre elas existentes.

2.2 Universo e amostra

Como amostra, selecionou-se determinados Gestores e Funcionários da Cruz Vermelha de Cabo Verde e de outras ESFL que desenvolvem as suas atividades na Ilha de Santiago. A escolha dessa amostra deveu-se ao facto de se tratar de elementos que lidam de perto com o funcionamento das referidas entidades, sendo, portanto, potenciais conhecedores das suas realidades funcionais.

Dada a dificuldade de conseguir junto dessas instituições o número exato dos seus colaboradores para determinação do cálculo amostral probabilístico com determinado intervalo de confiança, achou-se conveniente valer-se duma técnica de amostragem não probabilística – Amostragem por Conveniência, que permitiu coletar dados em função da disponibilidade das pessoas em fazer parte da pesquisa.

A amostragem por conveniência é uma técnica de amostragem não probabilística aleatória utilizada para extrair amostras de acordo com a facilidade de acesso, tendo em conta a disponibilidade de pessoas para fazer parte da amostra em um determinado intervalo de tempo (Cole, 2019). Essa autora faz questão de lembrar que esse tipo de amostragem é utilizada quando não se tem acesso a lista completa dos indivíduos que constituem a população (marco amostral), não permitindo portanto saber a probabilidade que cada indivíduo pode ser selecionado para amostra. Portanto, embora nessa situação não se deve generalizar resultados com precisão estatística dada a falta de informação,

Ochoa (2015, p. 2) esclarece que “existem boas razões para acreditar que a amostra por conveniência não irá introduzir viés em relação à população total, de modo que os resultados que a partir dela se obtém podem ser uma boa imagem do universo estudado”.

Relativamente aos Presidentes/Vice-presidentes/Gestores/, tratando-se de um número reduzido - Catorze (14), Ochoa (2015) alerta que amostragem não funciona muito bem em pequenos universos. Esse autor esclarece que num universo muito pequeno, a opinião de cada pessoa é fundamental para compreender a opinião global, pelo que não se deve deixar de lado nenhum indivíduo.

Tabela 1 Relação entre universo e amostra necessária

Universo	Amostra necessária	%
10	10	100%
100	80	80%
1.000	278	27,8%
10.000	370	3,7%
100.000	383	0,38%
1.000.000	384	0,038%
10.000.000	385	0,004%
100.000.000	385	0,0004%

Fonte: De “Amostragem: O que é e por quê funciona” - Extraída de (Ochoa, 2015, p. n.p²)

Seguindo este raciocínio, foram inquiridas grande parte das pessoas que nessas instituições, exercem cargos de gestão, pelo que, neste caso, foi dispensada a utilização da técnica do cálculo amostral probabilístico.

2.3 Delineamento da pesquisa

A par do levantamento de fontes bibliográficas na internet e junto às bibliotecas para redação da fundamentação teórica, a operação para o trabalho de campo processou-se nas seguintes etapas: Elaboração do questionário; teste dos mesmos; aplicação e recolha dos dados (via Google Forms), tratamento e apresentação de resultados.

² Não paginado

Para elaboração do questionário, foram tidos em conta os objetivos específicos da pesquisa, que permitiram esboçar a matriz. Para cada objetivo específico, foi traçado um certo número de questões que possibilitaram o seu cumprimento e que formaram o corpo do instrumento de recolha de dados (Questionário).

Antes da sua aplicação definitiva, os questionários foram testados em outro universo diferente, com o intuito de apurar a veracidade e consistência interna das questões que compõe esse instrumento. Na opinião de Schermann (n.d³), o pré-teste é fundamental para que uma pesquisa seja realizada sem grandes dificuldade pelos aplicadores e compreendida pelos inquiridos, aumentando a eficiência e a eficácia da pesquisa. Esta autora advoga ainda que, o pré-teste, evita que o tempo e dinheiro sejam desperdiçados devido a um questionário mal estruturado e que não atinge os objetivos propostos.

A aplicação do questionário e recolha de dados decorreram num período de seis meses (entre mês de fevereiro à Julho de 2022). Como critério de inclusão, foram considerados os colaboradores, mas também as pessoas que exercem cargos de gestão nas ESFL que desenvolvem as suas atividades na Ilha de Santiago. Em contraponto, foram excluídos da pesquisa todos os indivíduos que não se enquadram nos critérios supracitados.

Em termos de procedimentos éticos e formais, importa salientar que antes de se iniciar os trabalhos de campo, foi elaborado e disponibilizado para efeito de autorização formal, um termo de consentimento livre aos elementos que constituíram o público-alvo da presente pesquisa. Os participantes leram o termo e aqueles que concordaram, assinaram o mesmo, provando que foram informados e esclarecidos sobre a natureza e objetivos do estudo, sendolhes assegurado o anonimato e confidencialidade das respostas, bem como o direito de abandonar a sua colaboração a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos.

2.4 Técnicas de análise de dados

Os dados recolhidos foram tratados com recurso ao software SPSS versão 22. Após a determinação das frequências necessárias para cada variável com recurso ao SPSS, alguns dados numéricos foram exportados para o Excel para elaboração de gráficos.

O SPSS (**Statistical package for the Social Sciences**) é um software apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados. O seu uso permite gerar relatórios tabulados, gráficos e dispersões de distribuições utilizados na realização de análises descritivas

³ Nenhuma data

e de correlação entre variáveis. O SPSS é o software de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências sociais e humanas (Laureano & Botelho, 2017).

Capítulo III- Apresentação dos Resultados da Pesquisa

3.1 Apresentação dos resultados

O gráfico nº 1 que se segue, ilustra a idade das pessoas inquiridas. Pela sua observação, pode-se perceber que a grande maioria, correspondente a 57,9% do total possuem idade compreendida entre 36 à 45 anos. Na posição imediatamente a seguir, aparecem dois grupos cuja idade varia entre 25 à 35 anos e 46 à 55 anos, representando 15,8%, respetivamente. Por último aparecem os inquiridos que têm entre 56 à 65 anos e que representam apenas 10,5% do total.

Verifica-se deste modo que a moda das idades se situa entre os 36 aos 45 anos.

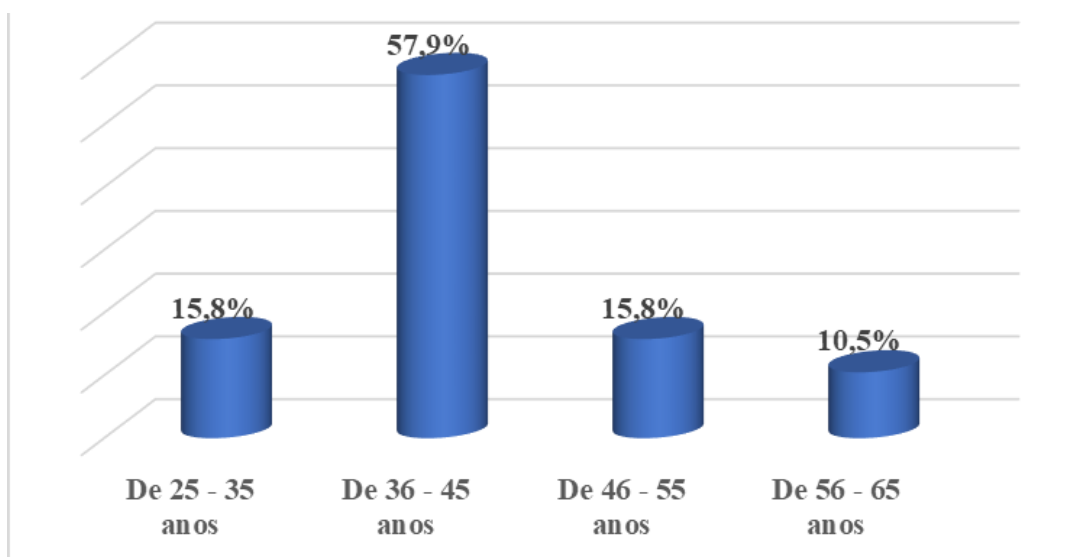
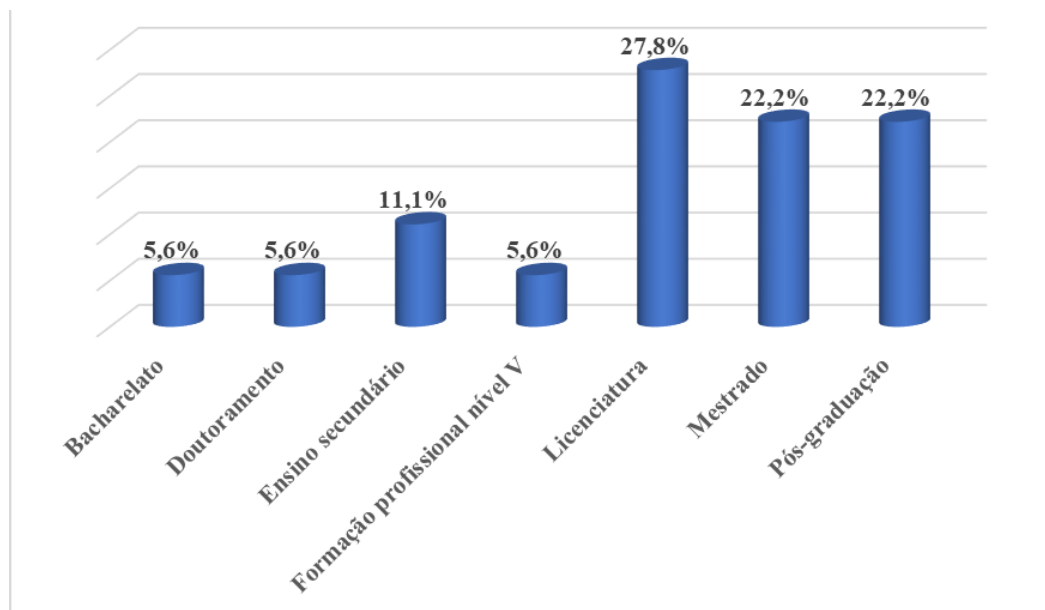


Gráfico 1 Idade dos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao nível académico dos inquiridos, apurou-se que, com exceção daqueles que possuem apenas o ensino secundário (11,1%%) e Formação profissional nível V (5,6%), todos os restantes possuem ensino superior, com destaque para o grau de licenciatura. Desses, os graus de Bacharelato e de Doutoramento correspondem a 5,6% cada, Licenciatura (27,8%), Mestrado (22,2%) e Pós-graduação (22,2%).



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 Nível académico dos inquiridos

No que concerne ao tempo de serviço, verificou-se que esse varia entre 3 anos à mais de 25 anos. O tempo de 6 à 10 anos é o dominante, com 31,6% do total dos respondentes, seguidos daqueles que têm até 5 anos de serviço (26,3%) e de 11 à 15 anos com 21,1%.

Os restantes (3 anos, De 16 à 20 anos, De 21 à 25 anos e com mais de 25 anos), aparecem num percentual insignificante de apenas 5,3%.

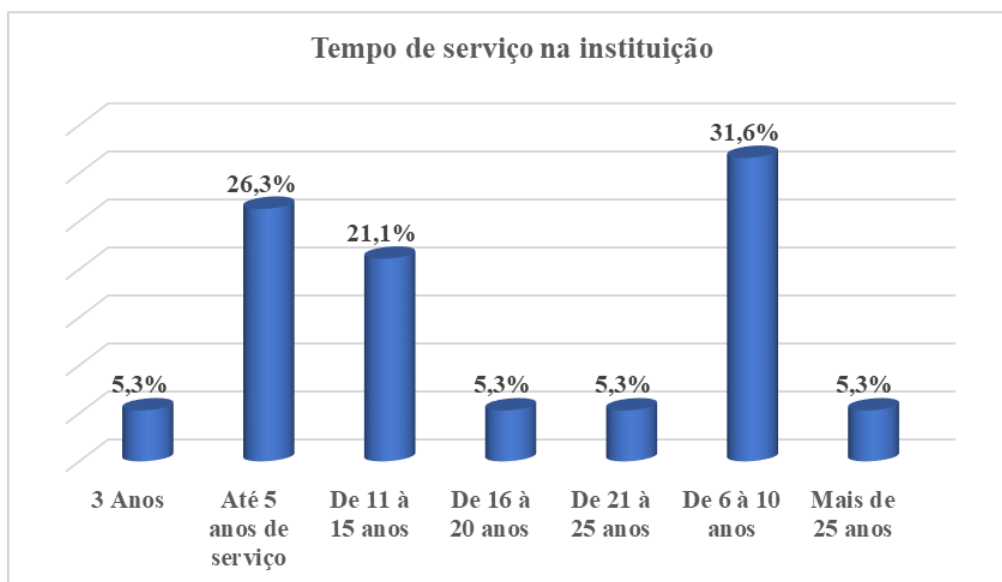


Gráfico 3 Tempo de serviço na instituição

Fonte: Elaboração própria

No que tange as instituições inquiridas, verificou-se que embora se trata de uma grande diversidade delas, a grande maioria é naturalmente a Cruz Vermelha de Cabo Verde (Sede principal), que no total representa 23,5%. As restantes constituem apenas 5.9% do total.

Tabela 2 Instituições inquiridas

Instituições Inquiridas					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Associação dos Agentes Educativos	1	5,3	5,9	5,9
	Associação dos Filhos e Amigos de Pilão Cão	1	5,3	5,9	11,8
	Associação Juvenil Comunitária de Relvas	1	5,3	5,9	17,6
	Associação Juvenil de Achada Bel Bel	1	5,3	5,9	23,5
	Associação Lá Torcida No Ar	1	5,3	5,9	29,4
	Associação para o Desenvolvimento e Proteção do Ambiente	1	5,3	5,9	35,3
	Cabaz Di Tera	1	5,3	5,9	41,2
	Comissão Regional de Parceiros (CRP)	1	5,3	5,9	47,1
	Cruz Vermelha de Cabo Verde (Sede principal)	4	21,1	23,5	70,6
	Cruz Vermelha do Concelho de São Filipe	1	5,3	5,9	76,5
	Cruz Vermelha do Concelho de São Miguel	1	5,3	5,9	82,4
	EDUCAR	1	5,3	5,9	88,2
	Fospro Coop1	1	5,3	5,9	94,1
	SEDEC-SM	1	5,3	5,9	100,0
	Total	17	89,5	100,0	
Ausente	Não respondeu	2	10,5		

Total	19	100,0		
-------	----	-------	--	--

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a forma jurídica das instituições inquiridas, verificou-se que 94,4% do total são juridicamente consideradas “Entidades sem fins lucrativos” e apenas 5,6% são “Cooperativas”.

Percebe-se assim que a forma jurídica da maior parte das instituições inquiridas é Entidade sem fins lucrativos.

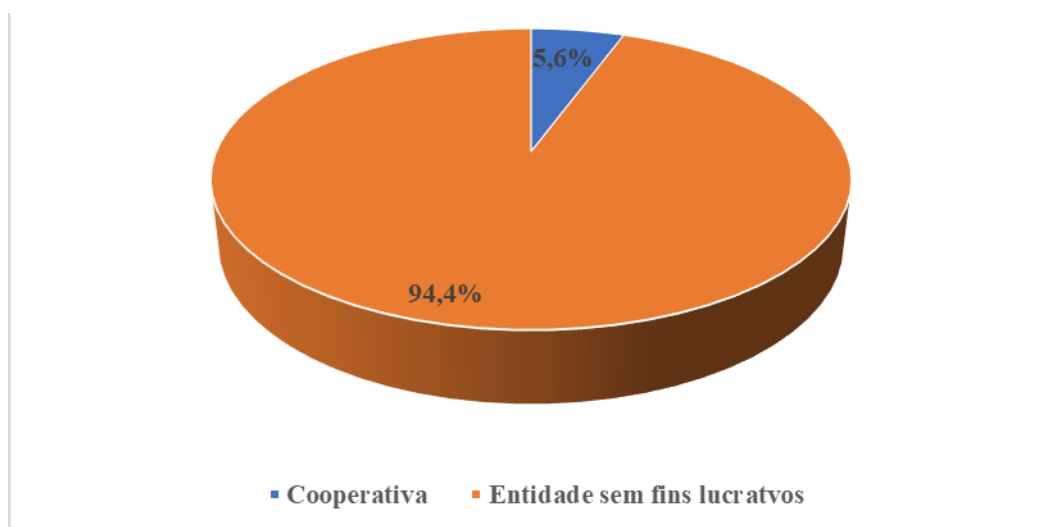


Gráfico 4 Forma jurídica das instituições

Fonte: Elaboração própria

Ao serem interrogados sobre a função que desempenham na instituição, verificou-se que, salvo algumas exceções, grande parte dos inquiridos desempenham a função de chefia, com destaque para Presidente que representa 33,3% do total. Na posição imediatamente a seguir, aparecem o Vice-presidente e o Presidente do Conselho diretivo, com 11,1%, respetivamente. As restantes funções, tais como Apoio na comunidade, Chefia, Colaborador, Diretor do Departamento de Saúde, Socorrismo e educação, Gestor, Presidente do concelho local e Vogal, representam 5,6% cada.

Tabela 3 Funções desempenhadas na instituição

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Apoio na comunidade	1	5,3	5,6	5,6
	Chefia	1	5,3	5,6	11,1
	Colaborador	1	5,3	5,6	16,7
	Diretor do Departamento de Saúde, Socorrismo e Educação	1	5,3	5,6	22,2
	Gestor	1	5,3	5,6	27,8
	Presidente	6	31,6	33,3	61,1
	Presidente do Conselho Diretivo	2	10,5	11,1	72,2
	Presidente do Conselho Local	1	5,3	5,6	77,8
	Presidente do Conselho Local de Ribeira Brava	1	5,3	5,6	83,3
	Vice presidente	2	10,5	11,1	94,4
	Vogal	1	5,3	5,6	100,0
	Total	18	94,7	100,0	
Ausente	Não respondeu	1	5,3		
Total		19	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Prosseguindo com a análise dos dados, desta feita, sobre a disponibilidade de Website Oficial e sua utilização para divulgação de informações das instituições, contactou-se que, grande parte das instituições inquiridas, correspondente a 68,4% não dispõe de um Website Oficial para divulgação das informações e apenas 26,3% dispõe dessa ferramenta tecnológica.

No domínio da divulgação das informações, apurou-se que, das instituições que afirmaram possuir o Website oficial, 95% das quais afirmaram que divulgam informações sobre seus canais de comunicação, incluindo endereço de e-mail, telefone e/ou endereço físico.

Em termos de divulgação das informações financeiras e de desempenho no seu Website ou outros canais de comunicação, mais de metade, correspondente a 52,6% não realizam essa importante tarefa e apenas 36,8% a executam.

Percentagens insignificantes que se consideram ignóbeis não sabem da realização ou não dessas tarefas.

Entende-se assim que, em termos da disponibilidade de Website Oficial e da sua utilização para divulgação das informações, a situação não é animadora.

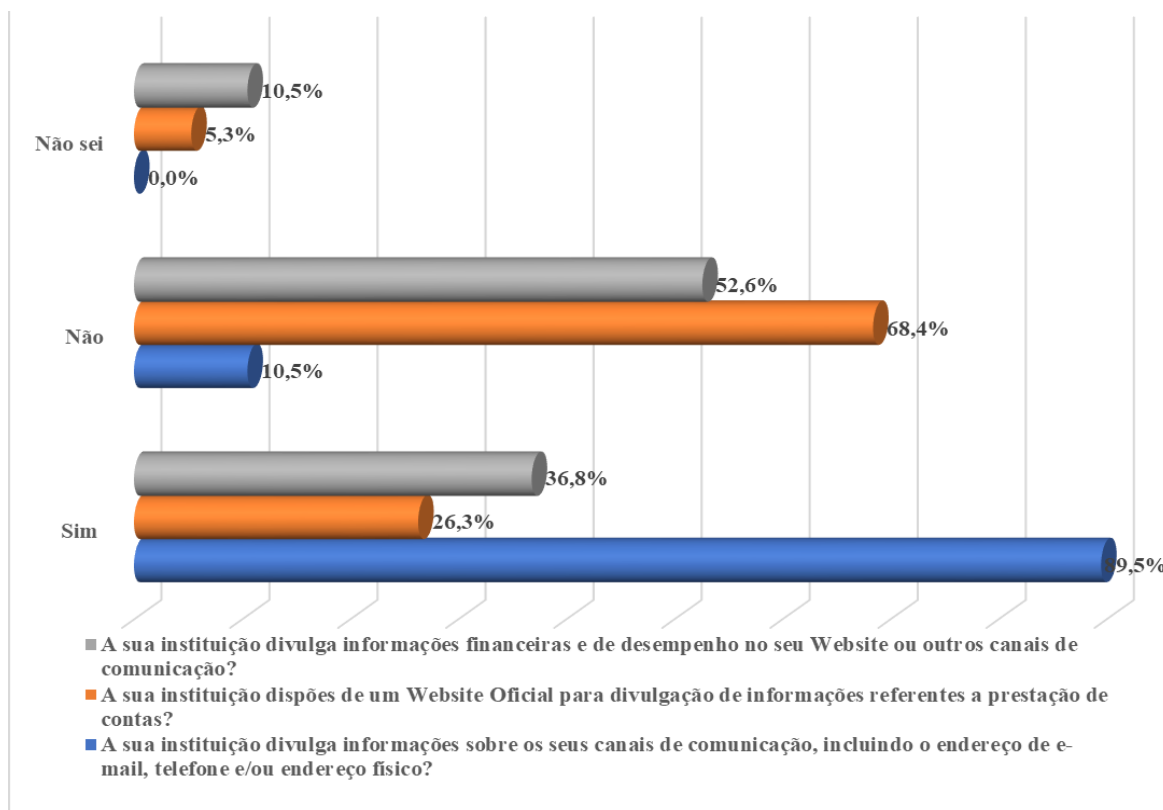


Gráfico 5 Disponibilidade de Website Oficial e sua utilização para divulgação de informações das instituições

Fonte: Elaboração própria

No que tange aos documentos financeiros e de prestação de contas que as instituições inquiridas disponibilizam publicamente, constatou-se que, seguindo a ordem decrescente em termos percentual, aparecem relatórios (15,8%), Relatórios, Auditoria social e Plano de atividades (15,8%), Relatórios e Plano de atividades (15,8%), Relatórios, Participação e Plano de atividades (10,5%). Os outros documentos que foram mencionados em percentagens menores, constituem repetições de muitos que já tinham sido referidos anteriormente.

Entende-se deste modo que, os Relatórios, Auditoria social, Participação e Plano de atividades são os principais documentos financeiros disponibilizados publicamente.

Tabela 4 Documentos financeiros e de prestação de contas que as instituições inquiridas disponibilizam publicamente

Documentos financeiros e de prestação de contas que as instituições inquiridas disponibilizam publicamente					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Auditoria social	1	5,3	5,3	5,3
	Nao sei.	1	5,3	5,3	10,5
	Plano de atividades	1	5,3	5,3	15,8
	Relatórios	3	15,8	15,8	31,6
	Relatórios, Auditoria social, Plano de atividades	3	15,8	15,8	47,4
	Relatórios, Avaliações, Autorregulação, Auditoria social, Plano de atividades	1	5,3	5,3	52,6
	Relatórios, Avaliações, Participação, Plano de atividades	1	5,3	5,3	57,9
	Relatórios, Avaliações, Plano de atividades	1	5,3	5,3	63,2
	Relatórios, Participação,	1	5,3	5,3	68,4
	Relatórios, Participação, Plano de atividades	2	10,5	10,5	78,9
	Relatórios, Plano de atividades	3	15,8	15,8	94,7
	Relatórios, Plano de atividades,	1	5,3	5,3	100,0
	Total	19	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Na sequência das informações ilustradas na tabela imediatamente anterior (Tabela nº 4), procurou-se identificar as entidades as quais são habitualmente prestadas as contas. Pelos dados exibidos no gráfico nº 6 que se segue, pode-se verificar que, as contas são mais prestadas aos membros internos da instituição com 21,1%, seguidos de financiadores, dos Órgãos de

fiscalização, das partes interessadas com que trabalham e aos membros internos da instituição (10,5%).

As restantes partes que no gráfico aparecem com percentagens insignificantes de 5,3% cada, fazem referência as partes que já tinham sido apontadas anteriormente.

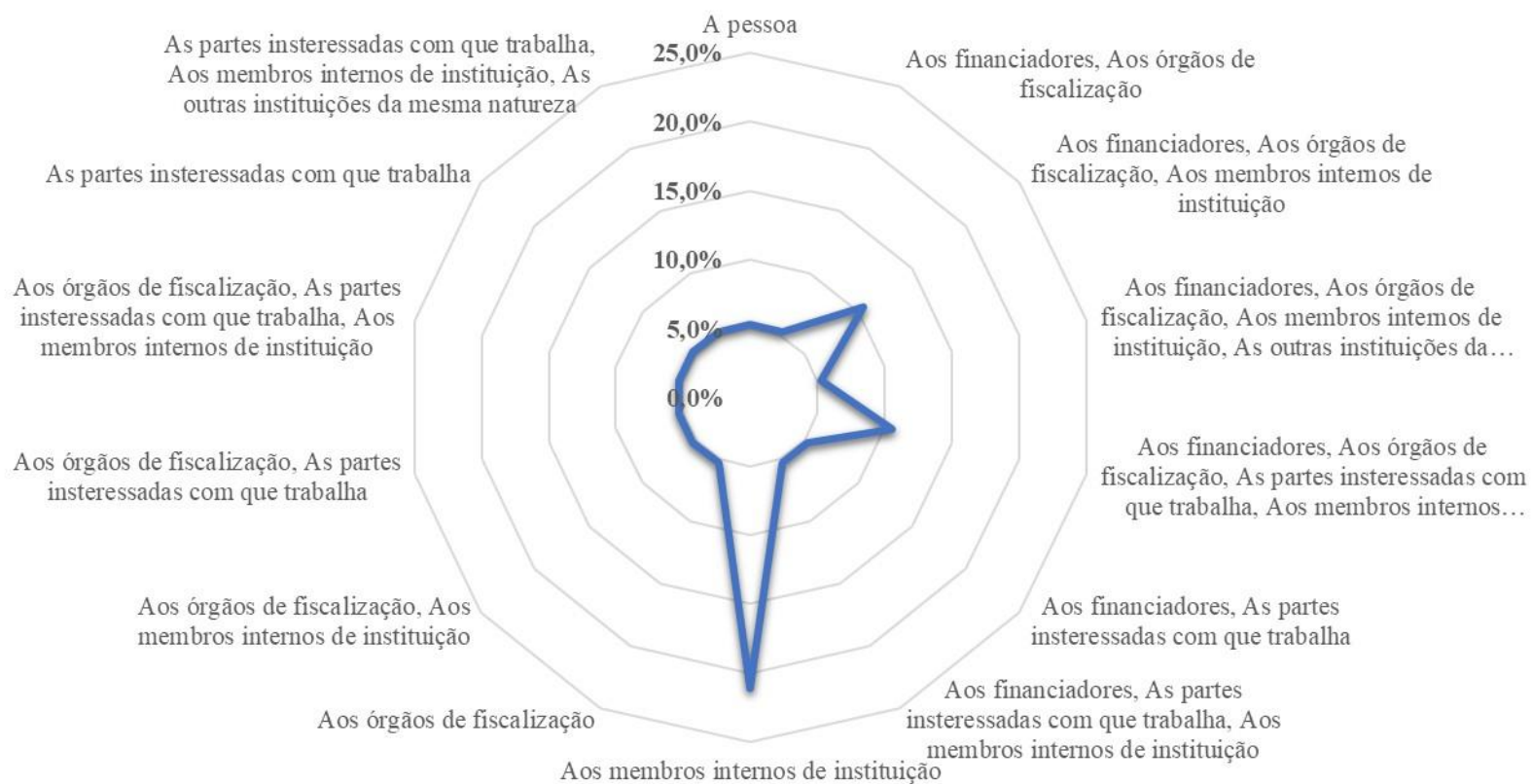


Gráfico 6 Entidades as quais são habitualmente prestadas as contas

Fonte: Elaboração própria

No domínio da política de transparência e prestação de contas realizada nas instituições inquiridas, apurou-se que 68,4% do total dos inquiridos concordaram de que essa política está formalmente estabelecida e 31,6% entenderam que “Não”.

Em termos de realização da auditoria financeira externa, 47,8% dos inquiridos consideraram que as organizações realizam essa auditoria e 36,8% defenderam que “Não”.

A análise desses resultados leva a perceber que as instituições inquiridas possuem uma política formalmente estabelecida na matéria da transparência e prestação de contas e que as mesmas realizam auditorias financeiras externas.

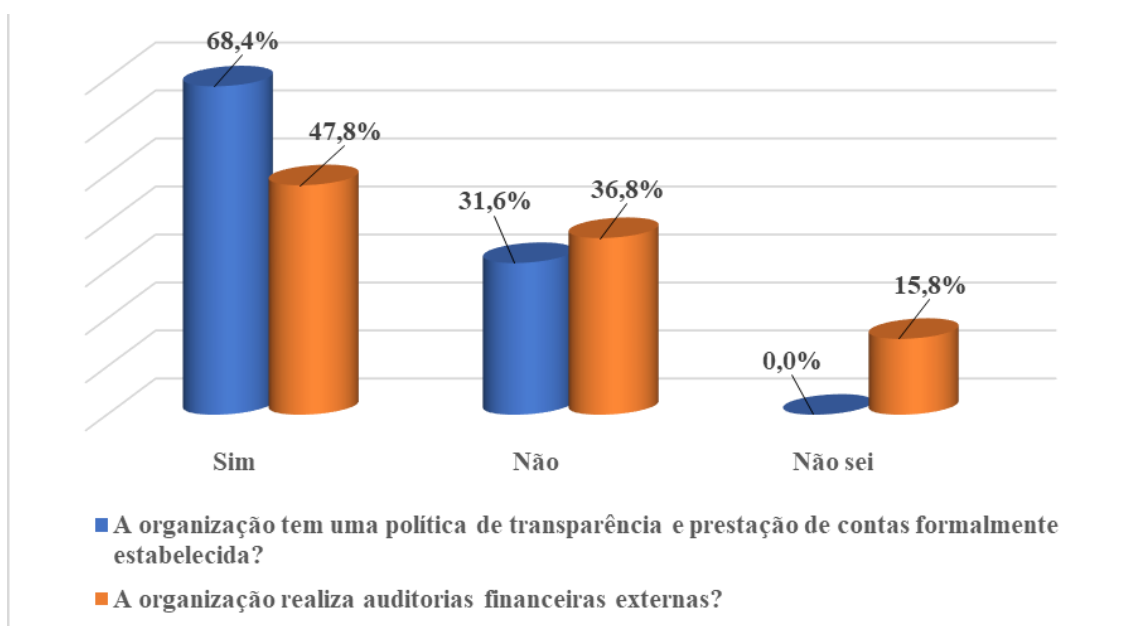


Gráfico 7 Política de transparência/prestação de contas formalmente estabelecida e realização de auditoria financeira externa

Fonte: Elaboração própria

Na sequência da questão apresentada no gráfico nº 7, referente a realização da auditoria financeira externa, procurou-se saber da frequência com que essa mesma auditoria é realizada nas instituições inquiridas.

Os resultados exibidos no gráfico nº 8 que se segue, revelam que 46,7% dos inquiridos foram de opinião de que a auditoria financeira externa é realizada “Sempre”, seguidos daqueles que acharam que auditoria é realizada “Raras vezes” com a representação de 40,0% e por último, aparece uma pequena porção de 13,3% com a percepção de que essa tarefa é realizada “Às vezes”.

Esses resultados passam a ideia de que a realização da auditoria financeira externa nas instituições inquiridas é uma prática frequente.

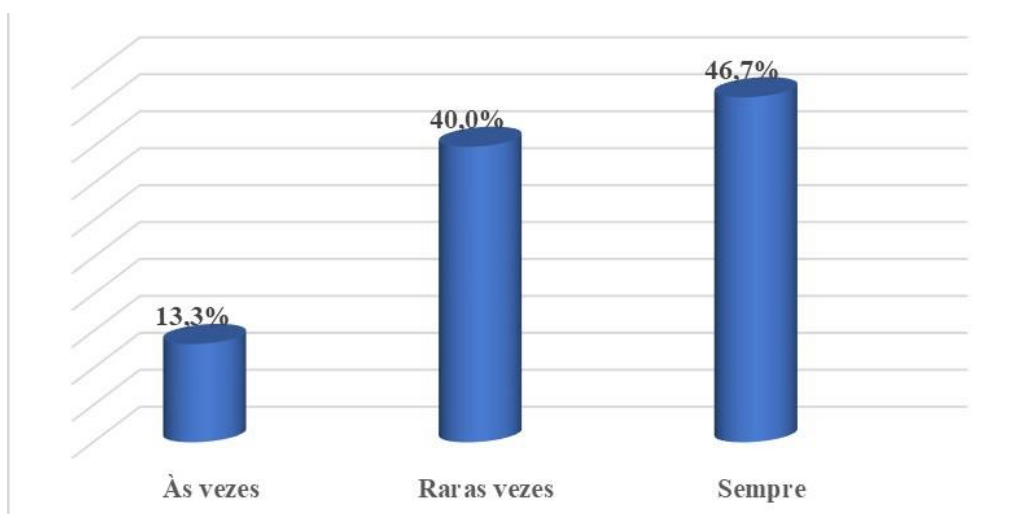


Gráfico 8 Frequência com que as instituições inquiridas realizam auditoria financeira externa

Fonte: Elaboração própria

No contexto da divulgação de informações financeiras e de desempenho, verificou-se que 47,4% das instituições inquiridas avaliaram a transparência na divulgação dessas informações como “Razoavelmente transparente”, 42,1% como “Muito transparente” e apenas 10,5% avaliaram-na como “Pouco transparente”.

Face a esses resultados, acredita-se que existe algum esforço dessas organizações em pautar pela transparência na matéria da divulgação de informações financeiras e de desempenho.

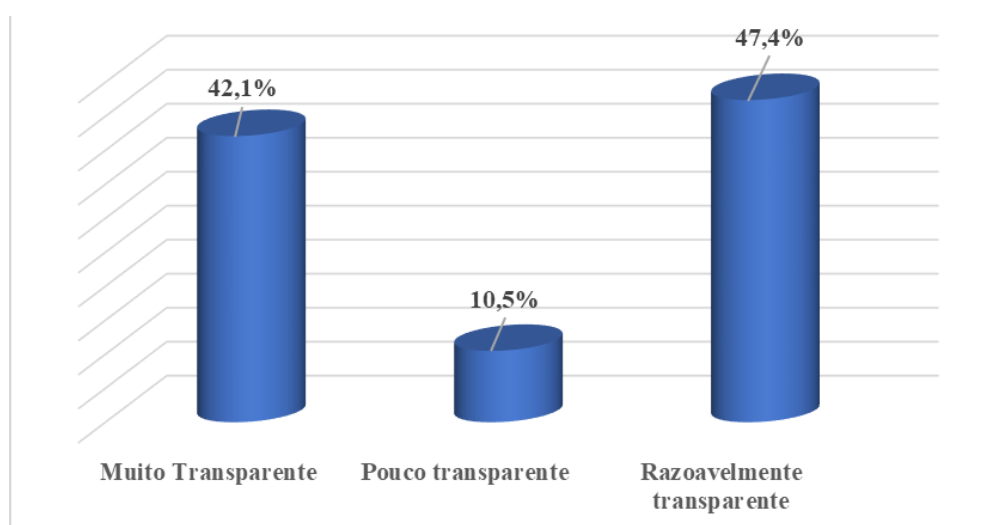


Gráfico 9 Avaliação da transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho

Fonte: Elaboração própria

Tendo em consideração que a divulgação das informações constitui um dos pilares fundamentais na construção do processo de transparência na prestação de contas, compreendese a necessidade de analisar a divulgação ou não de informações financeiras de diversas naturezas. Deste modo, no contexto de divulgação das informações exibidas no gráfico nº 10, que apresenta um Gráfico Radial, pode-se perceber que, na perceção dos inquiridos, apenas as informações sobre os salários e benefícios dos seus executivos e gestores é que não são divulgadas. Nos restantes casos, verificou-se que todas as outras informações são divulgadas.

No que concerne a disponibilidade ou não de algum mecanismo de denúncia ou reclamação para que as partes interessadas possam apresentar dúvidas, críticas e reclamações, verificou-se que 63,2% do total dos inquiridos responderam que “Sim” e 36,8% responderam que as instituições inquiridas não possuem mecanismos de denúncia

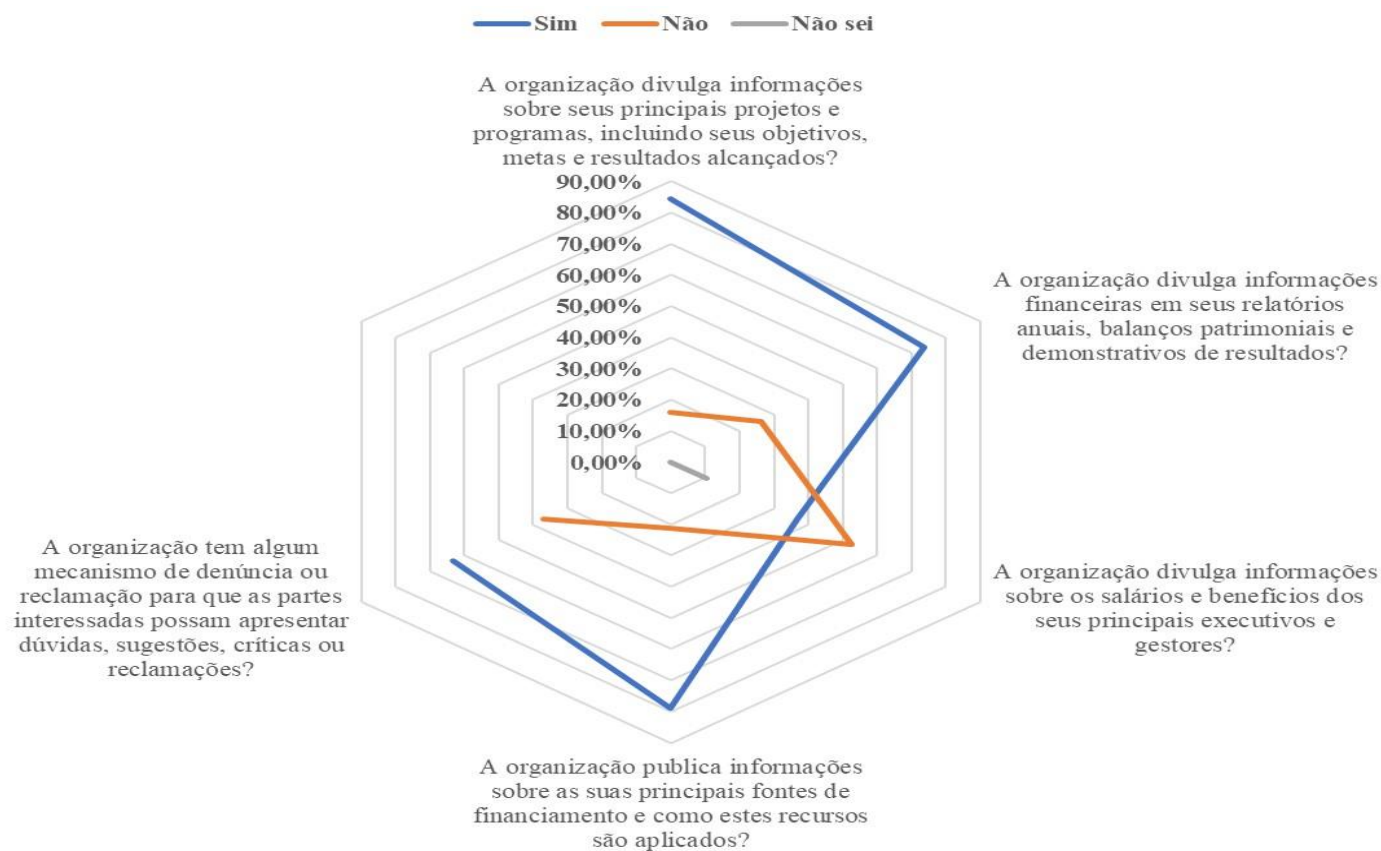


Gráfico 10 Divulgação de informações e disponibilidade dos mecanismos de denúncia e de reclamação

Fonte: Elaboração própria

No que concerne as avaliações feitas a respeito do nível de satisfação relativamente às reclamações relacionadas à transparência e prestação de contas, verificou-se que 57,9% do total dos indivíduos inquiridos avaliaram-na como “Razoavelmente satisfatório”, 31,6% consideram-na “Muito Satisfatório” e 10,5% entenderam que não estão “Nada satisfeitos”.

A análise desses níveis de satisfação permite perceber que os inquiridos estão mais para o lado da satisfação do que para o da insatisfação relativamente às reclamações relacionadas à transparência e prestação de contas.

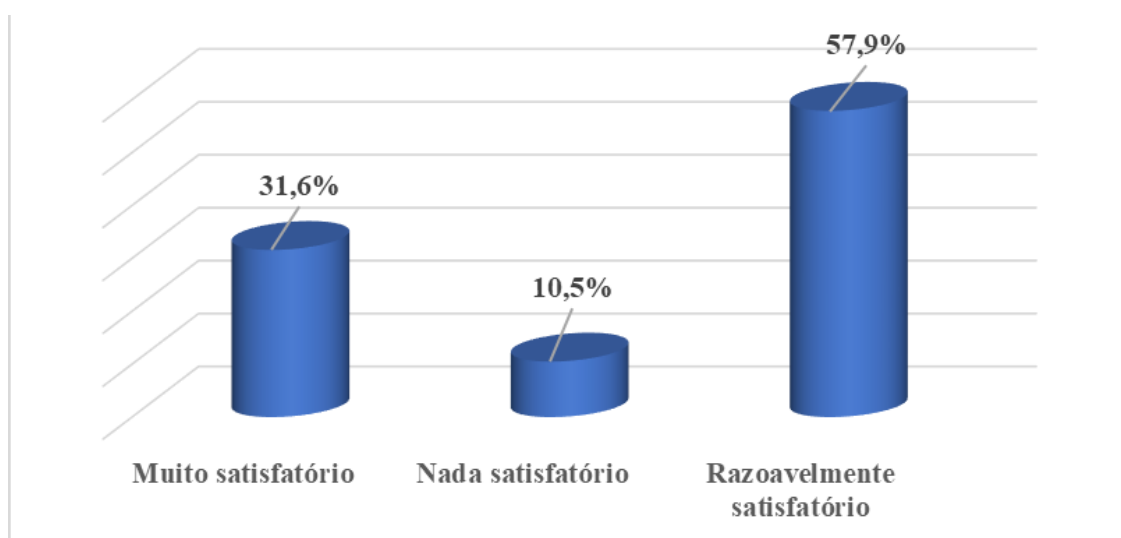


Gráfico 11 Nível de satisfação dos inquiridos relativamente às reclamações relacionadas à transparência e prestação de contas

Fonte: Elaboração própria

Se a divulgação das informações financeiras é de extrema pertinência para garantir a transparência na prestação de contas, é natural que a implementação desse processo enfrente alguns desafios.

Os dados apresentados no gráfico nº 12 que se segue mostram que os principais desafios prendem-se fundamentalmente com “Falta de envolvimento dos membros” (16,7%), e “Falta de recursos financeiros” (16,7). As outras respostas fornecidas constituem apenas uma repetição das duas primeiras supra apresentadas.

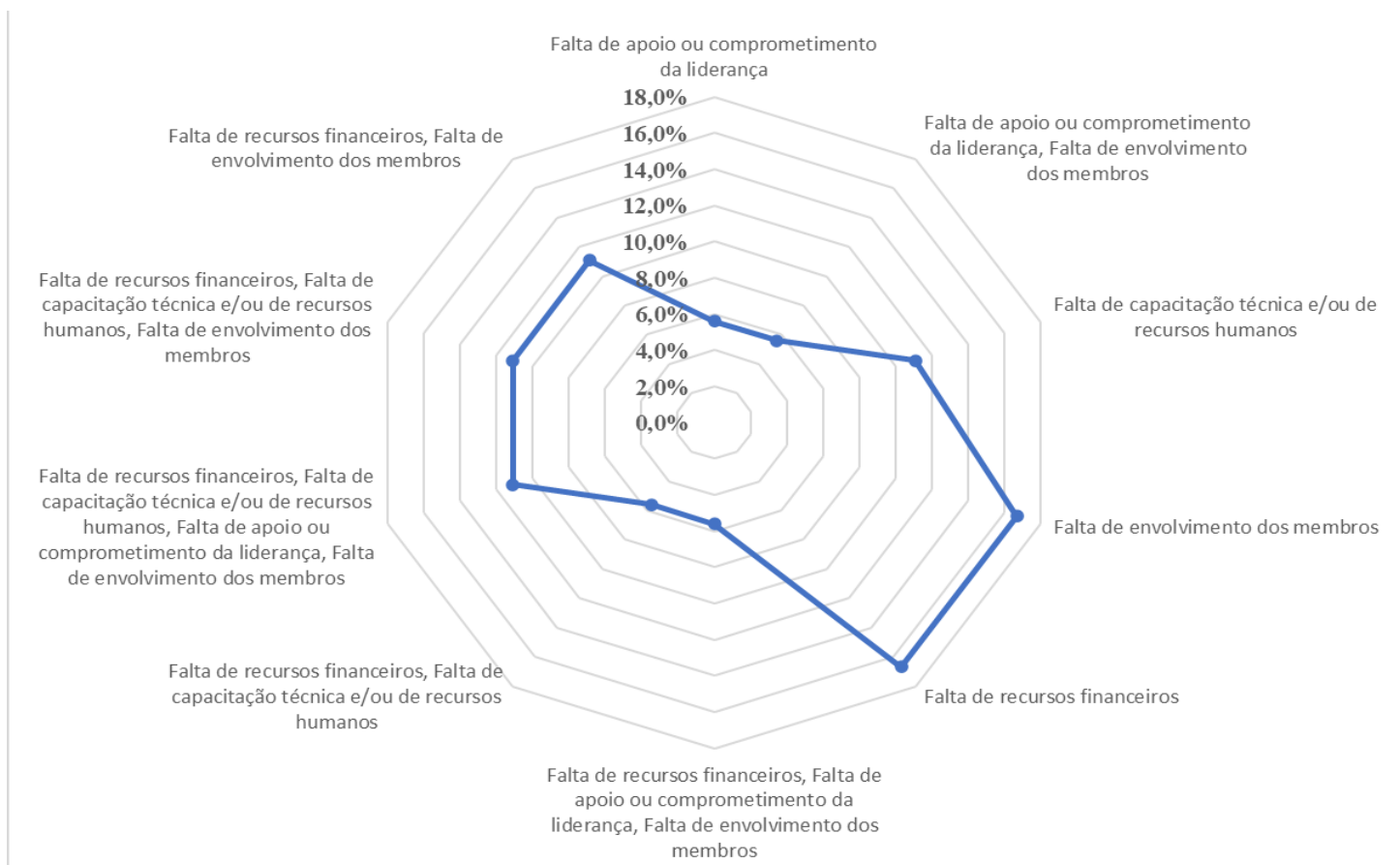


Gráfico 12 Desafios enfrentados pelas organizações inquiridas na divulgação de informações financeiras e de desempenho
Fonte: Elaboração própria

Capítulo IV – Discussão dos Resultados da Pesquisa e Considerações Finais

4.1 Discussão dos resultados da pesquisa

Após o tratamento dos dados recolhidos mediante aplicação de questionários, procedese à análise e discussão dos mesmos no sentido de averiguar os objetivos atingidos, mas também de responder a pergunta de partida.

Deste modo, antes de se iniciar a discussão propriamente dita, importa recordar que, no contexto do público-alvo, foi possível perceber que, na sua grande maioria, correspondente a 57,9% do total se trata de pessoas que possuem idade compreendida entre 36 à 45 anos, seguidos daqueles cuja idade varia entre 25 à 35 anos e 46 à 55 anos, representando 15,8%, respetivamente. Por último aparecem os inquiridos que têm entre 56 à 65 anos e que representam apenas 10,5% do total. No que concerne ao nível académico, os resultados revelaram que, com exceção daqueles que possuem apenas o ensino secundário (11,1%) e Formação profissional nível V (5,6%), todos os restantes possuem ensino superior, com destaque para o grau de licenciatura. Por outro lado, observou-se que em termos de tempo de serviço, esse varia entre 3 anos à mais de 25 anos. O tempo de 6 à 10 anos é o dominante, com 31,6% do total dos respondentes, seguidos daqueles que têm até 5 anos de serviço (26,3%) e de 11 à 15 anos com 21,1%.

Com base nas afirmações acima expostas, pode-se perceber que se trata de indivíduos com suficiente maturidade, o que, de certo modo, leva a acreditar nas respostas que forneceram.

Assim, orientando a confrontação e discussão dos dados na linha do primeiro objetivo específico que é de “Identificar as práticas de transparência e prestação de contas nas entidades sem fins lucrativos que operam na Ilha de Santiago, em sua gestão financeira e de desempenho”, importa antes de tudo, recordar que a forma jurídica da maior parte das instituições inquiridas (94,4%) é Entidade sem fins lucrativos e apenas 5,6% são “Cooperativas”. Os resultados apurados no domínio da existência da política de transparência e prestação de contas nas ESFL que foram objeto de inquérito, mostraram que 68,4% do total dos inquiridos concordaram de que essa política está formalmente estabelecida e 31,6% entenderam que “Não”.

Em termos de realização da auditoria financeira externa, 47,8% dos inquiridos consideraram que as organizações realizam essa auditoria e 36,8% defenderam que “Não”.

No entanto, tendo em consideração o facto de que uma das condições basilares para a prática da transparência no contexto atual, passa necessariamente pela disponibilidade de um Website Oficial e sua utilização para divulgação de informações das instituições, aliada ao facto de Castelo Branco (2015) ter ressaltado a ideia de que a utilização de um website pode proporcionar maior transparência e responsabilização, permitindo que os stakeholders (partes interessadas) tenham acesso a informações financeiras e contabilísticas atualizadas em tempo real, os resultados da pesquisa demonstraram, paradoxalmente, que grande parte das instituições inquiridas, correspondente a 68,4% não dispõe de um Website Oficial para divulgação das informações e apenas 26,3% dispõe dessa ferramenta tecnológica.

No domínio da divulgação das informações, apurou-se que, das instituições que afirmaram possuir o Website oficial, 95% das quais afirmaram que divulgam informações sobre seus canais de comunicação, incluindo endereço de e-mail, telefone e/ou endereço físico.

Em termos de divulgação das informações financeiras e de desempenho no seu Website ou outros canais de comunicação, mais de metade, correspondente a 52,6% não realizam essa importante tarefa e apenas 36,8% a executam.

Para Soares (2016), o recurso ao website como meio de prestação de contas pode aumentar a transparência das empresas e melhorar a percepção dos stakeholders em relação à gestão dessas empresas. No entanto, o autor destaca que a efetividade dessa prática depende da qualidade da informação disponibilizada no website e da sua acessibilidade aos stakeholders.

Se é verdade que a transparência contabilística e a prestação de contas são essenciais para a integridade financeira de uma organização, não é menos verdade que a ausência desses procedimentos pode arruinar a existência tanto das entidades com fins lucrativos como das que operam sem fins lucrativos.

É exatamente nessa linha de raciocínio que Ramos (2018) chama atenção de que a falta de transparência contabilística e prestação de contas pode ter graves consequências para uma organização. Uma das principais consequências, segundo esse autor, é a perda de confiança do público e dos investidores. Ressalta que quando uma organização não é transparente sobre suas atividades financeiras, as pessoas

podem questionar sua integridade e sua capacidade de gerir seus negócios de forma ética, o que por sua vez pode levar a um aumento de casos de fraudes e irregularidades financeiras. Corroborando com essa opinião, Bento e Gama (2018) entendem que quando as informações financeiras são difíceis de acessar ou não são apresentadas de forma clara, indivíduos ou grupos podem se sentir tentados a agir de forma ilícita ou encobrir suas atividades financeiras.

Ainda no contexto da identificação da prática da transparência e da prestação de contas em sua gestão financeira e de desempenho, observou-se que os documentos financeiros e de prestação de contas mais disponibilizados publicamente pela minoria das instituições que dispõe de Website Oficial são os Relatórios, Auditoria social, Participação e Planos de atividades.

A disponibilização desses documentos vai de certo modo ao encontro da ideia defendida por Ebrahim (2003a, citado por Filipe e Vanessa, 2023) que considera que os principais documentos financeiros e de prestação de contas devem ser: “Relatórios, Avaliações, Participação,

Autorregulação e Auditoria Social”

No entanto, na percepção de Pereira, Silva e Lopes (2017, pp. 11-12):

uma prestação de contas completa inclui, pelo menos, um plano de atividades; um orçamento; um relatório de atividades; um conjunto de DF (um Balanço, uma Demonstração dos Resultados, uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, um Anexo e, por opção ou por exigência, uma Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais); uma certificação legal das contas, se aplicável; e um parecer do órgão de fiscalização, quando exista.

No caso específico das instituições inquiridas, os dados resultantes da pesquisa mostraram que os já referidos documentos disponibilizados no Website Oficial são maioritariamente apresentados na seguinte ordem: aos membros internos da instituição, seguidos de financiadores, dos Órgãos de fiscalização e das partes interessadas com que trabalham.

A prestação de contas pode concomitantemente ser realizada em várias direções ou sentidos, em função do público-alvo a que se destina. A esse respeito, Filipe e Vanessa (2023) destacam quatro tipos de prestação de contas distintos (ascendente, descendente, lateral e horizontal), sendo que cada um segue uma orientação diferente dos restantes.

Deste modo, se se observar atentamente a ordem hierárquica em que aparecem as entidades as quais as contas são prestadas, pode-se perceber que grande parte das entidades inquiridas seguem o modelo de Prestação de contas em sentido lateral, que segundo Filipe e Vanessa (2023), é o tipo que responsabiliza as ESFL face aos seus recursos e a outros membros internos à organização e em relação à sua missão. Parte da vontade de melhoria organizacional contínua, expressando a intenção das ESFL de aprenderem com o que (não) resulta e o porquê, em prol do reforço das suas práticas organizacionais e gestionárias, através de um conjunto de mecanismos de prestação de contas, como a avaliação e a participação.

Na nossa modesta opinião, entendemos ser o modelo ideal, pois conforme defende Guimarães (2023), o ato de prestar contas deve começar na própria instituição para depois se estender para outros interessados. Nas palavras de Guimarães (2023, p. 9), “a transparência começa cá dentro porque nas ESFL as partes interessadas internas são: o alicerce jurídico da entidade; a licença para operar; a primeira validação das práticas e um instrumento de prevenção da corrupção”.

Para essa autora, qualquer que seja a sub-família das ESFL a que pertença, a organização deve estar preparada para partilhar informação de gestão com: associados (quando existentes); membros da irmandade/membros dos conselhos consultivos e outros órgãos (quando existentes); clientes e representantes legais dos clientes e colaboradores e voluntários.

No que concerne ao segundo objetivo específico que é de “Avaliar o nível de transparência nas referidas entidades sem fins lucrativos, mediante a perceção dos gestores e funcionários, obtida por meio de questionários para compreender a visão interna sobre as práticas de transparência na organização”, recorreu-se a aplicação da técnica de “tabulação cruzada” que envolveu as seguintes variáveis: “Função que desempenha” e “Como você avalia a transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho?”

Os resultados espelhados na tabela nº 5 que se segue, mostram uma diversidade de opiniões em relação ao nível de transparência na divulgação das informações financeiras e de desempenho. Assim, dos 6 Presidentes inquiridos, 4 atribuíram a classificação de

“Razoavelmente transparente” e 2 a de “Muito transparente”.

Dos 2 Presidentes do Conselho Diretivo, 1 atribuiu a classificação de “Muito transparente” e outro a de “Razoavelmente transparente”.

2 Presidentes do Conselho Local atribuíram unanimemente a classificação de “Muito transparente”.

Dos 2 Vice-Presidentes, 1 atribuiu a classificação de “Muito transparente” e outro a de “Pouco transparente”.

1 indivíduo que exerce a função de apoio na comunidade e 1 Diretor de Departamento de saúde, socorrismo e educação, atribuíram a classificação de “Muito Transparente”.

1 Vogal e 1 Gestor entenderam ser “Razoavelmente transparente” e 1 Colaborador achou ser “Pouco transparente”.

Em jeito de resumo das diversas opiniões, pode-se afirmar que as classificações de “Razoavelmente transparente” e a de “Muito transparente” são que mais dominam.

Tabela 5 Cruzamento entre "Função que desempenha" e "Como você avalia a transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho?"

		Como você avalia a transparência da organização em relação à divulgação de <u>informações financeiras e de desempenho?</u>			
		Muito Transparente	Pouco transparente	Razoavelmente transparente	Total
Função que Desempenha	Apoio na comunidade	1	0	0	1
	Contagem % em Função que Desempenha	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Colaborador	Contagem	0	1	0	1
	% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Diretor do Departamento de Saúde, Socorrismo e Educação	Contagem	1	0	0	1
	% em Função que Desempenha	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Gestor	Contagem	0	0	1	1
	% em Função	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	que Desempenha				
Presidente	Contagem	2	0	4	6
	% em Função	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
	que Desempenha				
Presidente do Conselho Diretivo	Contagem	1	0	1	2
	% em Função	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
	que Desempenha				
Presidente do Conselho Local	Contagem	2	0	0	2
	% em Função	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	que Desempenha				
Vice presidente	Contagem	1	1	0	2
	% em Função	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	que Desempenha				
Vogal	Contagem	0	0	1	1
	% em Função	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	que Desempenha				
Total	Contagem	8	2	7	17
	% em Função	47,1%	11,8%	41,2%	100,0%
	que Desempenha				

Fonte: Elaboração própria

Ao se seguir para o terceiro objetivo específico que é de “Avaliar a percepção dos gestores e funcionários das ESFL em Cabo Verde, sobre a transparência e prestação de contas nessas organizações”, efetuou-se uma outra tabulação cruzada, na qual, é possível perceber que mais de metade do total dos inquiridos concordam que essa prática tem sido uma realidade, pelo menos em grande parte dessas entidades.

Tabela 6 Cruzamento entre "Função que desempenha" e "A organização tem uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida?"

			A organização tem uma política de transparência e prestação de contas formalmente estabelecida?		
			Não	Sim	Total
Função que Desempenha	Apoio na comunidade	Contagem	0	1	1
		% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	100,0%
	Colaborador	Contagem	1	0	1
		% em Função que Desempenha	100,0%	0,0%	100,0%
	Diretor do Departamento de Saúde, Socorrismo e Educação	Contagem	0	1	1
		% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	100,0%
	Gestor	Contagem	0	1	1
		% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	100,0%
	Presidente	Contagem	2	4	6
		% em Função que Desempenha	33,3%	66,7%	100,0%
	Presidente do Conselho Diretivo	Contagem	1	1	2
		% em Função que Desempenha	50,0%	50,0%	100,0%
	Presidente do Conselho Local	Contagem	0	2	2
		% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	100,0%
	Vice presidente	Contagem	1	1	2
		% em Função que Desempenha	50,0%	50,0%	100,0%
	Vogal	Contagem	0	1	1

	% em Função que Desempenha	0,0%	100,0%	100,0%
Total	Contagem	5	12	17
	% em Função que Desempenha	29,4%	70,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Nessa linha de análise, procurou-se averiguar a frequência com que é realizada a auditoria financeira externa. De acordo com as informações apresentadas anteriormente no gráfico nº 8, 46,7% dos inquiridos foram de opinião de que a auditoria financeira externa é realizada “Sempre”, seguidos daqueles que acharam que auditoria é realizada “Raras vezes” com a representação de 40,0% e por último, aparece uma pequena porção de 13,3% com a percepção de que essa tarefa é realizada “Às vezes”.

Na opinião de Pereira, Silva e Lopes (2017), as necessidades e exigências em se obter informações mais completas e detalhada sobre as ESFL podem ser colmatadas mediante um processo de prestação de contas, através do qual as entidades disponibilizam informação fidedigna sobre a gestão dos fundos que lhe são confiados, bem como sobre os resultados obtidos no decorrer da atividade a todos os seus interessados.

Entretanto, esses dados que apontam para existência de uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida não se coadunam com inexistência de um Website Oficial em grande parte das ESFL, para divulgação das informações e muito menos ainda para divulgação das informações financeiras.

Prova disso, é que os relatórios aparecem em primeiro lugar na lista dos documentos mais disponibilizados no processo de prestação de contas das entidades inquiridas. Na sequência disso, Filipe e Vanessa (2023), advertem que os relatórios priorizam essencialmente a prestação de contas ascendente, por vezes com incidência exclusiva no relato sobre a execução financeira e outros indicadores que não traduzem em profundidade os trabalhos efetuados pelas organizações.

Outro dado que contraria a ideia da existência de uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida prende-se com a não divulgação de informações sobre os salários e os benefícios dos seus principais executivos e gestores. Essa informação pode ser confirmada no gráfico nº 10, referente a

Divulgação de informações e disponibilidade dos mecanismos de denúncia e de reclamação.

No que concerne ao quarto e último objetivo específico que é de “Identificar os principais desafios enfrentados pelas ESFL de Cabo Verde na implementação de políticas e práticas de transparência e prestação de contas”, verificou-se que, os dados apresentados no gráfico nº 12 anteriormente exibido, mostram que os principais desafios prendem-se fundamentalmente com “Falta de envolvimento dos membros” (16,7%), “Falta de recursos financeiros” (16,7), e falta de capacitação técnica e/ou de recursos humanos (11,1%).

Essas dificuldades apontadas alinham-se com as ideias de Rodrigues (2013), ao considerar que a prestação de contas pode ser um desafio para essas entidades, especialmente devido às seguintes razões: falta de conhecimento, limitações financeiras, complexidade das atividades, falta de envolvimento dos membros, capacitação, consultoria, simplificação, entre outras.

Rodrigues (2013) entende ainda que, em muitas ESFL, os membros podem não estar suficientemente envolvidos na prestação de contas. Isso pode levar a um baixo nível de transparência e responsabilidade, o que pode ser prejudicial para a reputação da organização.

Considerações finais

Recorda-se que o objetivo principal desta investigação era “Analisar como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago” promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira e desempenho, e quais os desafios enfrentados por essas organizações nesse sentido, a partir de uma abordagem quantitativa.

Para tal, formulou-se as seguintes perguntas de partida:

Como a Cruz Vermelha de Cabo Verde e outras ESFL que operam na Ilha de Santiago promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira? Como os gestores e funcionários dessas organizações percebem a transparência e prestação de contas?

Quais os desafios enfrentados por essas organizações no processo de transparência e prestação de contas?

Chegada a fase final da investigação, passa-se a apresentar as conclusões a que se chegou, para assim, poder responder a pergunta de partida.

Deste modo, foi possível perceber que, embora 68,4% do total dos inquiridos concordaram de que as ESFL que operam na Ilha de Santiago têm a política de prestação de contas formalmente estabelecida e 47,8% dos quais entenderam que essas entidades realizam auditoria financeira externa, a verdade é que, grande parte dessas instituições, correspondente a 68,4% não dispõe de um Website Oficial para divulgação das informações e apenas 26,3% dispõe dessa ferramenta tecnológica. Por outro lado, observou-se que, dentre aquelas que possuem Website oficial, essa ferramenta é utilizada fundamentalmente para divulgação de informações sobre seus canais de comunicação, incluindo endereço de e-mail, telefone e/ou endereço físico. Cerca de 52,6% não divulgam informações financeiras e de desempenho no seu Website ou outros canais de comunicação. Ainda assim, grande parte dos gestores e funcionários dessas entidades classificaram o processo de transparência na prestação de contas como “Razoavelmente transparente” e “Muito transparente”.

Entretanto, esses dados que apontam para existência de uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida não se coadunam com inexistência de um Website Oficial em grande parte das ESFL, para divulgação das informações e muito menos ainda para divulgação das informações financeiras.

Outro dado que contraria a ideia da existência de uma política de transparência e de prestação de contas formalmente estabelecida prende-se com a não divulgação de informações sobre os salários e os benefícios dos seus principais executivos e gestores.

Apurou-se também que a prestação de contas é essencialmente direccionada aos membros internos da instituição, seguidos de financiadores, dos Órgãos de fiscalização e finalmente, às partes interessadas com que trabalham. Essa forma de prestação de contas revela que as ESFL que foram objeto de inquérito seguem o modelo de Prestação de contas em sentido lateral, que, na nossa modesta opinião, entendemos ser o modelo ideal, pois, o ato de prestar contas deve começar na própria instituição para depois se estender para outros interessados.

Ainda no contexto da identificação da prática da transparência e da prestação de contas em sua gestão financeira e de desempenho, constatou-se que os documentos financeiros e de prestação de contas mais disponibilizados publicamente pela minoria das instituições que dispõe de Website Oficial são os Relatórios, Auditoria social, Participação e Planos de atividades.

A “Falta de envolvimento dos membros” (16,7%), “Falta de recursos financeiros” (16,7), e falta de capacitação técnica e/ou de recursos humanos (11,1%) constituem os principais desafios enfrentados pelas referidas entidades na implementação de políticas e práticas de transparência e prestação de contas.

Em termos globais, conclui-se que, embora as políticas de transparência e prestação de contas estejam teoricamente estabelecidas em grande parte dessas instituições, a execução plena das suas práticas ainda está longe de ser uma realidade. Isto porque, segundo os dados anteriormente apresentados, muita delas não dispõe de recursos humanos tecnicamente capacitados para realização correta das tarefas de prestação de contas. Por outro lado, enfrentam ainda os problemas da falta de recursos financeiros para pagar pessoais devidamente qualificados para esse efeito. Como consequência da falta de recursos financeiros, assiste-se a falta de envolvimento dos seus membros, com reflexos negativos para essas entidades.

Em termos de constrangimentos detetados durante a pesquisa, importa ressaltar a grande dificuldade enfrentada em contactar e convencer sobretudo os gestores e determinados funcionários a aceitarem fazer parte da pesquisa, no sentido de responderem os questionários elaborados no *Google Forms* e enviados pelas redes

sociais, nomeadamente, via “*Messenger*” e *WhatsApp*”. Muitos questionários enviados e que podiam enriquecer os resultados da pesquisa, não foram respondidos.

Outra barreira vivenciada prende-se com a grande dificuldade enfrentada em conseguir dessas instituições a autorização necessária para aplicação de entrevistas junto dos gestores, bem como da obtenção de documentos importantes que facilitariam a realização da análise qualitativa. Esses constrangimentos fizeram com que as análises se restringissem apenas à abordagem quantitativa.

No que tange as pistas para futuras pesquisas, sugere-se o alargamento dessa linha de pesquisa para outras ESFL que funcionam nas restantes ilhas de Cabo Verde, com enfoque não só numa abordagem quantitativa, mas também de caráter qualitativo, que possibilita a realização de entrevistas e de análises documentais diversos. Deste modo, torna-se possível identificar nelas os aspetos positivos do seu funcionamento, mas sobretudo as deficiências que constituem entraves na melhoria dos processos de transparência e de prestação de contas que tanto se almeja para o desenvolvimento de cabo-verde.

Sugestão

Tendo em conta que os resultados da presente pesquisa apontaram para um desfazamento entre a existência de uma política de prestação de contas formalmente estabelecida e a inexistência de Website oficial para divulgação das informações financeiras mais relevantes em grande parte das ESFL inquiridas, sugere-se a quem de direito, à nível dessas mesmas entidades, que sejam enviados esforços necessários para criação de Website oficial em todas as ESFL que operam em Cabo Verde e a sua plena utilização para divulgação não só de informações básicas como endereço e número de telefone, mas fundamentalmente de natureza financeira e de desempenho.

Acredita-se que essa atitude poderá credibilizar fortemente a imagem dessas entidades e assim, atrair mais parceiros, com reflexos positivos nas suas atividades.

Referências Documentais

- Almeida, E. (2012). *Conceitos básicos da contabilidade*. Pernambuco. Obtido em 08 de Fevereiro de 2023, de <https://portalesafaz.sefaz.pe.gov.br/moodle/20Contabilidade.pdf>
- Almeida, R. M., & Barros, A. F. (2009). *O sistema de normalização contabilística e de relato financeiro - SNCRF - Cabo Verde*. Praia, Cabo-Verde : ATF - Edições Técnicas.
- Aló, C. C. (2009). *Uma abordagem para transparência em processos organizacionais utilizando aspetos*. Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em 08 de Fevereiro de 2023, de <https://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/tese-cappelli.pdf>
- ANCV . (2015). *Lei n° 109/IX/2015 - Regime Jurídico das Cooperativas, das Associações e das Fundações - Boletim Oficial , Série I, N° 60*. Cidade da Praia: incv.
- ANCV. (2003). *Lei n° 25/VI/2003 - Regime jurídico geral da constituição de associações de fim não lucrativo*. Praia: incv.
- ANCV. (2008). *Lei n° 122/VIII/2016 - Regime Jurídico da Economia Social - Boletim Oficial, Série I, n° 52*. Praia: incv.
- Araújo, D. N., Cardoso, P., & Novais, J. (2012). *Manual de prestação de contas nas entidades do setor não lucrativo*. Vida Económica.
- Barbosa, G. (2002). *Dicionário de comunicação* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Becho, R. L. (2015). *Prestação de contas das entidades sem fins lucrativos: Teorias e Práticas* . Atlas.
- Bento, R., & Gama, A. P. (2018). *Relato integrado e transparência financeira: estudo de caso em empresas portuguesas. Contabilidade, Gestão e Governança*.
- Borges, A. (2018). *Contabilidade internacional: uma introdução às IFRS*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Bugarim, M. C. (2015). *Manual de Contabilidade financeira* . Lisboa: Almedina.
- Care. (2010). *Guia para ONGs organizarem seus sistemas de prestação de contas às comunidades*. Lima, Peru. Obtido em 06 de Fevereiro de 2023, de https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/201208_guia_para_ongs_na_prestacao_de_contas.pdf
- Carvalho , R. (2018). *O papel do website na comunicação das empresas financeiras portuguesas*. Coimbra, Portugal : Universidade de Coimbra.
- Carvalho, A. (2015). *O papel das organizações sem fins lucrativos no desenvolvimento de Cabo Verde* . Revista perspectivas em análise política.

- Castelo Branco , M. (2015). *Transparência e prestação de contas através do Website: um estudo empírico. Dissertação de Mestrado*. Porto : Universidade do Porto .
- Cole, N. L. (2019). *O que é uma amostra de conveniência?* Obtido em 29 de Julho de 2021, de <https://www.greelane.com/pt/ci%3%aaancia-tecnologia-matem%3%aaltica/ci%3%aaancias-sociais/convenience-sampling-3026726/>
- Cota, K. C. (2010). *O Sistema de normalização contabilística e de relato financeiro e a tributação sobre o rendimento das empresas. São Vicente, Cabo Verde*. Obtido em 03 de Fevereiro de 2023, de <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitssmpresas.pdf>
- Creswell, J. (2014). *Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. Research Design*. Obtido em 20 de Outubro de 2023, de http://fe.unj.ac.id/wpcontent/uploads/2019/08/Research_Design_Qualitative-Quantitative-and-Mixed-MethodsAppr
- Cruz Vermelha de Cabo Verde. (2016). *História da CVCV - Servindo Voluntariamente Cabo Verde e a Humanidade*. Obtido em 06 de Maio de 2023, de www.cruzvermelha.org.cv
- Diana, J. (2019). *Pesquisa descritiva, exploratória e explicativa*. Obtido em 20 de setembro de 2023, de <https://www.diferenca.com/pesquisa-descritiva-exploratoria-e-explicativa/>
- Fernandes, A. (2015). *Economia social e desenvolvimento: uma abordagem histórica e conceptual*. Lisboa: Silabo.
- Fernandes, P. O. (2019). *Transparência financeira nas entidades do setor social: o caso das IPSS em Portugal*. Revista contabilidade e controladoria .
- Ferreira, J. J. (2016). *Auditoria financeira: uma abordagem prática* . Lisboa : Lidel.
- Ferreira, L., & Neto, P. (2019). *Organizações sem fins lucrativos: conceitos, teorias práticas*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Filipe, P., & Vanessa, M. (2023). *Transparência e prestação de contas nas organizações de economia social*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Fonseca, D., & Marques , A. (2019). *A importância da contabilidade nas organizações sem fins lucrativos: estudo de caso*. Revista de Contabilidade e Controladoria.
- Furtado, M. R., & Celestrini, R. (2022). *As ferramentas da contabilidade nas entidades do terceiro setor*. Obtido em 01 de Fevereiro de 2023, de <https://jaru.fimca.com.br/gerenciador/data/uploads/2022/01/as-ferramentas-dacontabilidade-nas-entidades-do-terceiro-setor-2018.pdf>
- Guimarães , P. (2023). *Transparência e prestação de contas para os Stakeholders internos* (1ª ed.). Porto: Universidade católica portuguesa.

- Iudicibus, S. d., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2006). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. São Paulo: Atlas.
- Kilby, P. (2006). *Responsabilidade pelo empoderamento: Dilemas enfrentados por organizações não-governamentais*. *Desenvolvimento Mundial*, 34(6), 951-963. Obtido em 09 de Março de 2023, de <https://www.sciencedirect.com/science0305750X06000398>
- Lames, E. R. (2019). *Conceitos de contabilidade e suas relações com a estrutura conceitual básica, com a formação docente e rendimento discente*. Uberlândia, Brasil. Obtido em 07 de Fevereiro de 2023, de <https://repositorio.ufu.ConceitosContabilidadeRelacoes.pdf>
- Marcos, V., Pinto, F., Bragança, A., Moura, M. d., & Freitas, I. (2021). *Manual – Rumo à Transparência: Prestação de Contas nas Organizações de Economia Social em Portugal*. Porto, Portugal. Obtido em 22 de Fevereiro de 2023, de <https://www.animardl.pt/recursos/manual-rumo-a-transparencia-prestacao-de-contas-nas-organizacoes-deeconomia-social-em-portugal/>
- Marques, J. M., & Gouveia, M. j. (2019). *Psicologia social*. Lisboa: Pactor.
- Marques, R. A. (2019). *O risco na prestação de contas das entidades do setor público via website: o caso da Madeira*. Portugal: Revista contabilidade e finanças públicas. Obtido em 15 de Abril de 2023, de http://www.occ.pt/fotRevista_CFP13_2019_Online.pdf
- Michel, M. H. (2005). *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Ministério das Finanças de Cabo Verde. (2008). *Manual de procedimentos contabilísticos para administração central do estado*. Praia.
- Monteiro, S., & Duarte, J. (2020). *A qualidade percebida pelos pacientes nas consultas de medicina dentária*. *Revista portuguesa de Saúde Pública*, 38(2).
- Monteiro, R. (2016). *O setor sem fins lucrativos em Cabo Verde: caracterização e desafios*. *Dissertação de Mestrado*. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Ochoa, C. (2015). *Amostragem não probabilística: Amostragem por conveniência*. Obtido em 25 de Agosto de 2023, de <https://www.netquest.com/pt-br/blog/amostra-conveniencia>
- Oliveira, J. C. (2015). *A Cruz Vermelha Caboverdiana: evolução histórica e perspectivas de intervenção* (Vol. 3). Porto, Portugal: Universidade portugalense Infante D. Henrique.
- Oliveira, R. (2020). *A importância da contabilidade para a gestão financeira das entidades sem fins lucrativos em Portugal*. Universidade de Porto.

- Passos, Q. C. (2010). *A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas*. Rio Grande do Sul. Obtido em 12 de Fevereiro de 2023, de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25741>
- Pereira , L. I., Silva , M. d., & Lopes, C. V. (2017). *Aspetos contabilísticos e fiscais das entidades do setor não lucrativo*. Obtido em 22 de Fevereiro de 2023, de https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/ finais _site/83.pdf
- Pereira , M. F. (2018). *Contabilidade gerencial em Portugal: Estado da arte e perspectivas futuras* . Revista de Contabilidade e Controladoria .
- Ramos, A. M. (2018). *A prestação de contas em organizações sem fins lucrativos: a importância do relatório de atividades de atividades e contas* . Revista de contabilidade e organizações.
- Ramos, C., & Ferreira, A. (2018). *Marketing e comunicação nas organizações sem fins lucrativos*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Rodrigues, A. M. (2013). *Prestação de contas das entidades sem fins lucrativos*. *Revista do Terceiro Setor*. Atlas.
- Santos, B. S. (2017). *Reinventar a emancipação social para novo manifesto* . Porto: Afrontamento.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24 ed.). São Paulo: Cortez.
- Silva, L. C. (2017). *A importância da contabilidade na gestão das organizações sem fins lucrativos em Cabo Verde*. Revista internacional em Língua Portuguesa.
- Siqueira, M. M. (2008). *Satisfação no trabalho - Medidas do comportamento organizacional: ferramentas do diagnóstico e de gestão* . Porto Alegre: Artmed.
- Soares, A. (2016). *A utilização do Website como ferramenta de comunicação financeira: uma análise das empresas portuguesas cotadas*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho, Portugal.
- Vanni, C. S. (2021). *Prestação de contas como estratégia para a legitimidade e gestão de organizações públicas* . Curitiba, Brasil. Obtido em 08 de Fevereiro de 2023, de <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/27177/2/prestacaocontasorganizacoespublicas.pdf>

Lista de Apêndices

Apêndice A- questionário aplicado aos elementos afetos às entidades sem fins lucrativos que atuam na Ilha de Santiago – Cabo Verde

Este questionário é um instrumento de coleta de informações para a realização de uma dissertação que constitui um dos requisitos exigidos pela Universidade Lusófona de Lisboa, como condição parcial para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Fiscalidade. O seu principal objetivo visa analisar como as Entidades Sem Fins Lucrativos em Cabo Verde promovem a transparência e prestação de contas em sua gestão financeira e desempenho e quais os desafios que enfrentam nesse sentido, a partir de uma abordagem qualiquantitativa. Sua participação é muito importante e poderá contribuir para o fortalecimento da cultura de transparência e prestação de contas no setor das entidades sem fins lucrativos. Garantimos o seu anonimato e prometemos que todas as informações fornecidas serão confidenciais e destinar-se-ão exclusivamente ao tratamento e análise de dados.

Perfil dos inquiridos

Idade: Menos de 25 anos ☐ De 25 – 35 anos ☐ De 36 – 45 anos ☐

De 46 – 55 anos ☐ De 56 – 65 anos ☐ Mais de 65 anos ☐

Habilitações Literárias: Sem instrução ☐ Ensino básico ☐

Ensino secundário ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento ☐

Nome da instituição _____

Forma Jurídica da instituição _____

Tempo de serviço na instituição

Até 5 anos de serviço ☐ De 6 à 10 anos ☐ De 11 à 15 anos ☐

De 16 à 20 anos ☐ De 21 à 25 anos ☐ Mais de 25 anos ☐

Função que desempenha _____

Identificação das Políticas e Práticas de Transparência e Prestação de Contas

2.1. A sua instituição divulga informações sobre os seus canais de comunicação, incluindo o endereço de e-mail, telefone e/ou endereço físico? Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.2 A sua instituição dispõe de um Website Oficial para divulgação de informações referentes a prestação de contas? Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.3 Em caso afirmativo, a sua instituição divulga informações financeiras e de desempenho no seu website ou outros canais de comunicação? Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.4 A sua organização dispõe de um código de conduta? Sim ☐ Não ☐

2.5 Em caso afirmativo, o tal Código de Conduta está disponível publicamente no website institucional?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.6 Quais os principais documentos financeiros e de prestação de contas que a sua instituição disponibiliza publicamente?

Relatórios ☐ Avaliações ☐ Participação ☐ Autorregulação ☐
Auditoria social ☐ Plano de atividades ☐ Orçamento ☐

Outros. ☐ Quais? _____

2.7 Regra geral, na sua instituição, as contas são habitualmente prestadas a quem?

Aos financiadores ☐ Aos órgãos de fiscalização ☐ As partes interessadas com as quais trabalham ☐ Aos membros internos da instituição ☐

As outras instituições da mesma natureza ☐

Outra ☐ Quem? _____

2.8 A organização tem uma política de transparência e prestação de contas formalmente estabelecida?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.9 A organização realiza auditorias financeiras externas?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

2.9.1 Em caso afirmativo, com que frequência? Raras vezes ☐ Às vezes ☐ Sempre ☐

2.10 Como a organização gerência e controla o uso de doações e fundos recebidos?

2.11 A organização divulga informações sobre seus principais projetos e programas, incluindo seus objetivos, metas e resultados alcançados? Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

Avaliação do Índice de Transparência por Meio da Análise de Documentos e Informações Disponíveis

3.1 A organização divulga informações financeiras em seus relatórios anuais, balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.2 A organização divulga informações sobre os salários e benefícios dos seus principais executivos e gestores?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.3 A organização divulga informações sobre os custos e despesas gerais administrativos?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.4 A organização publica informações sobre as suas principais fontes de financiamento e como estes recursos são aplicados?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.5 A organização divulga informações sobre os resultados das avaliações e auditorias externas sobre a sua gestão financeira e desempenho?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.6 A organização divulga informações sobre a sua participação em iniciativas de responsabilidade social ou ambiental?

Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.7 A organização tem algum mecanismo de denúncia ou reclamação para que as partes interessadas possam apresentar dúvidas, sugestões, críticas ou reclamações? Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐

3.7.1 Se sim, como as informações recebidas são gerenciadas e respondidas?

—

Avaliação da percepção dos gestores e funcionários sobre a transparência e prestação de contas na organização

4.1 Como você avalia a transparência da organização em relação à divulgação de informações financeiras e de desempenho?

Nada transparente ☐ Pouco transparente ☐ Razoavelmente transparente ☐

Muito transparente ☐

4.2 Você tem acesso fácil aos relatórios financeiros e de desempenho da organização?

Sim ☐ Não ☐

4.3 Como avalia a precisão e confiabilidade das informações financeiras divulgadas pela sua organização?

Nada confiáveis ☐ Pouco confiáveis ☐ Razoavelmente confiáveis ☐

Muito confiáveis ☐

4.4 Como avalia a resposta da sua organização às perguntas, sugestões, críticas ou reclamações relacionadas à transparência e prestação de contas?

Nada satisfatória ☐ Pouco satisfatória ☐ Razoavelmente satisfatória ☐

Muito satisfatória ☐

4.5 Acredita que a sua organização é responsável e presta contas de forma satisfatória aos seus doadores, beneficiários e partes interessadas?

Sim ☐ Não ☐

Identificação dos Principais Desafios Enfrentados na Implementação de Políticas e Práticas de Transparência e Prestação de Contas.

5.1 Acredita que a sua organização enfrenta desafios na implementação de políticas e práticas de transparência e prestação de contas? Sim ☐ Não ☐

5.2 Se sim, quais das seguintes razões constituem desafios enfrentados pela sua organização na divulgação de informações financeiras e de desempenho?

Falta de recursos financeiros ☐ Falta de capacitação técnica ☐

Falta de recursos humanos ☐ Falta de envolvimento dos membros ☐

Falta de apoio ou comprometimento da liderança ☐

5.3 Existe algum outro desafio enfrentado pela sua instituição na implementação de políticas e práticas de transparência e prestação de contas que não tenha sido mencionado anteriormente?

Sim ☐ Não ☐

5.4 Se sim, aponta esses motivos.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Lista de Anexos

